

Anais da Assembléia

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 23 DE OUTUBRO DE 1973

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt
1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)
3.º SECRETÁRIO — David Federmann
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério — Quielise Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.).

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares
REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério — Francisco Escorsin

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Antonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva
VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quielise Crisostomo
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho

SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima — Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)
REUNIÕES — As terças-feiras
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr. — Alvaro Dias (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lúcio Guimarães Sotto-Maior
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quielise Crisostomo — Domicio Scaramella (M.D.B.)
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domicio Scaramella (M.D.B.)
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973

RESOLUÇÕES:

RESOLUÇÃO N.º 38-73

DATA: 27 de setembro de 1973

SÚMULA: Aprova Convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná e a Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), objetivando execução de Programas de Alfabetização, no corrente ano.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Fica aprovado o convênio celebrado em 30-03-73, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura e a Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização — MOBRAL, objetivando estabelecer condições no sentido da execução de programas de alfabetização para o Estado do Paraná, no corrente ano.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de setembro de 1973

JOÃO MANSUR — Presidente

RESOLUÇÃO N.º 39-73

DATA: 11 de outubro de 1973

SÚMULA: Aprova Acordo n.º 03-73, celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, objetivando realização de um Curso Intensivo de Especialização Estatística.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Fica aprovado os termos do Acordo n.º 03-73, celebrado em 12 de março de 1973, entre o Governo do Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, objetivando a realização de um Curso Intensivo de Especialização Estatística.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11-10-73.

JOÃO MANSUR — Presidente

RESOLUÇÃO N.º 40-73

DATA: 19 de outubro de 1973

SÚMULA: Aprova os Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Cascavel, Curiuva, Congonhinhas, Dois Vizinhos, São Miguel do Iguaçu, Palmítal e Santa Cruz do Monte Castelo, objetivando o fornecimento de equipamento para as Delegacias de Polícia locais.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo nos termos do Art. 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Ficam aprovados os Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, e os Municípios de Cascavel, Curiuva, Congonhinhas, Dois Vizinhos, Palmítal, São Miguel do Iguaçu e Santa Cruz do Monte Castelo, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL, e de verbas dos referidos Municípios.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 19 de outubro de 1973.

JOÃO MANSUR — Presidente

DECRETOS LEGISLATIVOS:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 613-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

revogar o item IV do Decreto Legislativo n.º 50-71, de 29 de janeiro de 1971, na parte que se refere à funcionária Arlete Gomes Martins, a partir de 31 de janeiro de 1971.

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 638-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 8.306-73, de 27 de agosto de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

I — revogar os Decretos Legislativos ns. 412-72 de 02 de outubro de 1972, item II e 97-73 de 13 de março de 1973, a partir de 27 de agosto de 1973, na parte que se refere a Izidoro Cecon;

II — designar Izidoro Cecon, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Motorista do Departamento de Finanças, Contabilidade e Pessoal, percebendo as vantagens inerentes ao cargo, a partir de 27 de agosto de 1973; e,

III — autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174 de 16 de novembro de 1970, o funcionário acima citado, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 27 de agosto de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 19 de setembro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 639-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 8.092-73, de 21 de agosto de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

retificar o Decreto Legislativo n.º 617-73, de 31 de agosto de 1973, a fim de declarar que as revogações dos Decretos Legislativos n.ºs. 164-73 e 166-73 é na parte que se refere a Alceu Alves Passos, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 19 de setembro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 640-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 3.704-73, de 03 de maio de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar reverter, a partir de 04 de abril de 1973, em favor de Alice de Freitas, filha solteira do ex-Deputado Estadual Domingos Theodorico de Freitas, a pensão mensal concedida, pelo Decreto Legislativo n.º 08-64, de 03 de janeiro de 1964, a Delfina Teixeira de Freitas, equivalente a um terço (1/3) da parte fixa dos subsídios de Deputado Estadual de acordo com o § 2.º do Art. 5.º, da Lei n.º 4.946, de 31 de outubro de 1964, respeitado o teto máximo estabelecido pelo seu § 1.º.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 19 de setembro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 641-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 8.477-73, de 29 de agosto de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, o funcionário Elzir Lacerda, ora à disposição deste Poder, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 1.º de junho de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 19 de setembro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 642-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2.827-73, de 10 de abril de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, a funcionária Valdomira Demeterco Pereira, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 1.º de maio de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 19 de setembro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 643-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 8.380-73, de 28 de agosto de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a Hilza dos Santos Lopes, ocupante do cargo de nível PL "15", da Série de Classes de Auxiliar de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%), sobre seus vencimentos, perfazendo um total de dez por cento (10%), a partir de 07 de janeiro de 1973, data em que completou dez (10) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 170, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 19 de setembro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 644-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 8.336-73, de 27 de agosto de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a Antonio da Silva, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, perfazendo um total de vinte e cinco por cento (25%), a partir de 15 de fevereiro de 1972, data em que completou vinte e cinco (25) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 170, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 19 de setembro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 645-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7.714-73, de 13 de agosto de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar retificar o Decreto Legislativo n.º 49-60, de 20 de junho de 1960, para declarar que o tempo compreendido entre 07 de março de 1955 e 26 de outubro de 1958, ali contado, para todos os efeitos legais, em favor de Neuvino Ribeiro de Lima, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, é de três (03) anos, sete (07) meses e dezenove (19) dias, e não como consta naquele Ato.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 19 de setembro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 646-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7.186-73, de 1.º de agosto de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar retificar o item I do Decreto Legislativo n.º 513-73, de 05 de ju-

lho de 1973, a fim de declarar que a vigência é a partir de 1.º de março de 1973 e não como consta naquele Ato.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 28 de setembro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 647-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7.380-73, de 06 de agosto de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

atribuir a Antonio Luiz Quirino Machado, ora à disposição deste Poder, gratificação de função, correspondente ao símbolo F-5, por estar exercendo as funções de Motorista no Gabinete da 2.ª Secretaria, ficando autorizado a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 28 de setembro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 648-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7.121-73, de 31 de julho de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar incorporar para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de Antonio Leandro, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quarto quinquênio, compreendido entre 23 de dezembro de 1967 e 23 de abril de 1971, antecipado em razão da incorporação correspondente ao terceiro quinquênio das férias referentes ao ano de 1971, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 28 de setembro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 649-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 8.168-73, de 22 de agosto de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de Celso Faraco, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quarto quinquênio, compreendido entre 1.º de dezembro de 1966 e 1.º de outubro de 1971, antecipado em razão das férias referentes ao ano de 1966, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 28 de setembro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 650-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7.768-73, de 14 de agosto de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de Irani Carini, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Técnico em Administração, do Grupo Ocupacional de Técnica Administrativa, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de um (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o decênio compreendido entre 02 de abril de 1960 e 02 de fevereiro de 1970, antecipado em razão das férias referentes ao ano de 1967, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 28 de setembro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 651-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7.377-73, de 06 de agosto de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, com fundamento no parágrafo único, do Art. 247, da Lei n.º 6.174, de 16.11.1970, a Marcos Garcia Costa ocupante do cargo de nível PL "18" da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, 03 (três) meses de licença especial, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 05.02.65 e igual data de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 28 de setembro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 652-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 8.724-73, de 05 de setembro de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

colocar à disposição da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, o funcionário Alceu Alves Passos, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legis-

lativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a partir de 29 de agosto de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 28 de setembro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 653-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 8.426-73, de 28 de agosto de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Luiz Carlos Licheski, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1971 e 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 28 de setembro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 654-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7.374-73, de 06 de agosto de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a Darci Kliemann, ocupante do cargo de nível PL "29", da Série de Classes de Cirurgião Dentista, do Grupo Ocupacional de Odontologia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%), sobre seus vencimentos, perfazendo um total de dez por cento (10%), a partir de 1.º de junho de 1972, data em que completou dez (10) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 170, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 28 de setembro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 655-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6.934-73, de 23 de julho de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar atribuir a Ernestina Ribeiro de Jesus, viúva do ex-servidor da Secretaria desta Assembléia, Wilson Dias Ribeiro, falecido no dia 22 de abril de 1971, o salário família a que tem direito, de conformidade com o Art. 196, inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, a partir de 1.º de maio de 1971.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 28 de setembro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 656-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7.478-73, de 07 de agosto de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

I — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de Leonilda Bittencourt, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de haver completado em 1.º de junho de 1973, o sexto quinquênio de serviço público, sem se afastar do exercício de suas funções; e,

II — conceder o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171, da mesma Lei, a partir de 22 de setembro de 1973, data em que completará trinta e dois (32) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento (15%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 28 de setembro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 657-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6.324-73, de 03 de julho de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Fabiano Siqueira Cunha ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Médico, do Grupo Ocupacional de Medicina, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de cinco (05) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1970, 1971 e 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 28 de setembro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 658-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 8.516-73, de 30 de agosto de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6.174 de 16 de novembro de 1970, em favor de Jonas Zampier, ocupante do cargo de nível PL "19" da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pes-

soal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1971 e 1972, que deixou de gozar; e,

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da mesma Lei, ao seu acervo de serviço público, o tempo a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o decênio compreendido entre 19 de abril de 1960 e 19 de janeiro de 1970, antecipado em razão das férias referentes ao ano de 1968 e de quinze (15) dias de 1967, contados em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 28 de setembro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 659-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6.916-73, de 23 de julho de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de Luiz Fernando Gottardi, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de 01 (um) ano, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o decênio compreendido entre 08.01.1963 e igual data de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 28 de setembro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 660-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 8.395-73, de 28 de agosto de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a Gabriel Luiz Franceschi, ocupante do cargo de nível PL "21", da Série de Classes de Contabilidade, do Grupo Ocupacional de Contabilidade do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento (5%), sobre seus vencimentos perfazendo um total de dez por cento (10%) a partir de 10 de junho de 1973, data em que completou dez (10) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 170, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 28 de setembro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 661-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7.933-73, de 17 de agosto de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150 da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970 em favor de Acir Teixeira, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1967, 1971 e 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 28 de setembro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 662-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 8.396-73 de 28 de agosto de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

I — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de Mauricio Gonçalves, ocupante do cargo de nível PL "17", da Série de Classes de Auxiliar de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o primeiro quinquênio, compreendido entre 24 de janeiro de 1963 e igual data de 1968; e,

II — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mesma Lei, a partir de 24 de maio de 1972, data em que, em razão da incorporação correspondente ao 1.º quinquênio e das férias referentes ao ano de 1971, contadas em dobro, completou dez (10) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento (10%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 1.º de outubro de 1973

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 663-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 8.600-73, de 03 de setembro de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Luiz Carlos Monteiro, ocupante do cargo de nível PL "19" da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 1.º de outubro de 1973.

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 664-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 8.360-73, de 27 de agosto de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de Jandir Nardin, ocupante do cargo de nível PL "21", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo quinquênio, compreendido entre 11 de março de 1967 e 11 de janeiro de 1971, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro quinquênio e das férias referentes aos anos de 1967, 1968, 1969 e 1970, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 1.º de outubro de 1973.

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 665-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 9.336-73, de 20 de setembro de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

retificar o Decreto Legislativo n.º 641-73, de 19 de setembro de 1973, a fim de declarar que a autorização concedida é a partir de 1.º de março de 1973 e não como consta naquele Ato.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 1.º de outubro de 1973.

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 666-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 8.530-73, de 30 de agosto de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

revogar o Decreto Legislativo n.º 247-73, de 11 de abril de 1973, que autoriza o funcionário Juvenal Javorski, a prestar serviços extraordinários, percebendo um terço (1/3) de seus vencimentos.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 1.º de outubro de 1973.

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 679-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 9.458-73, de 26 de setembro de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

colocar à disposição do Poder Executivo, para prestar serviços na Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, o funcionário Wilson Kaiel, a partir de 13 de agosto de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 09 de outubro de 1973.

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 680-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 9.458-73 de 26 de setembro de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, o funcionário Wilson Kaiel, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, a partir de 13 de agosto de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 09 de outubro de 1973.

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 681-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 9.334-73, de 20 de setembro de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

doar ao Grupo Escolar Prof.ª Mariana Garcez Duarte, do Município de Castro neste Estado, uma (1) máquina de escrever, usada, marca Royal — KMG19R92 — 4135997.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de outubro de 1973.

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
- a) JORGE SATO — 1.º Secretário
- a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 682-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6.545-73, de 09 de julho de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

I — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, com fundamento no Art. 248, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de José Elias Martins, ocupante do cargo de nível PL "20", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o primeiro quinquênio, compreendido entre 11 de agosto de 1957 e igual data de 1962;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do mesmo dispositivo legal, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis

(06) meses correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo quinquênio, compreendido entre 23 de julho de 1965 e 23 de janeiro de 1970, antecedido em razão da incorporação correspondente ao primeiro quinquênio; e,

III — conceder o acréscimo de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mesma Lei, a partir de 30 de março de 1972, data em que, em razão das incorporações correspondentes ao primeiro e segundo quinquênios, completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento (15%).

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de outubro de 1973.

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
a) JORGE SATO — 1.º Secretário
a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 683-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 9.639-73, de 1.º de outubro de 1973, deste Poder,

R E S O L V E .

dispensar a pedido, das funções de Chefe de Gabinete da Liderança do Governo, o funcionário Edgar Tavora Junior, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de outubro de 1973.

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
a) JORGE SATO — 1.º Secretário
a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 684-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 9.639-73, de 1.º de outubro de 1973, deste Poder,

R E S O L V E .

I — dispensar o funcionário Acir Teixeira das funções de Auxiliar do Gabinete da Liderança do Governo; e,

II — designar os funcionários Acir Teixeira e Irani Carini para exercerem, respectivamente os cargos de Chefe de Gabinete e Auxiliar de Gabinete da Liderança do Governo, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de outubro de 1973.

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
a) JORGE SATO — 1.º Secretário
a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 685-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 7.932-73, de 17 de agosto de 1973, deste Poder,

R E S O L V E .

mandar contar, para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade, nos termos do Art. 130, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Acir Teixeira ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo líquido de três (03) meses e vinte e três (23) dias compreendido entre 02 de janeiro de 1962 e 30 de abril de 1962, em que prestou serviços ao Instituto Brasileiro do Café.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de outubro de 1973.

- a) JOÃO MANSUR — Presidente
a) JORGE SATO — 1.º Secretário
a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 201.ª Sessão (Extraordinária) Realizada em 23 de outubro de 1973

(Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Muggiati Filho.

As 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Aginaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nachi — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quielse Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (42); achando-se ausentes os Srs. Deputados Hélio Manfrinato — Haroldo Bianchi — Ivo Rocha — Olavo Ferreira e Wilson Fortes. (5).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária Anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 42 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

1) — DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 233-73, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 108-72, de autoria do Deputado Jorge Sato, que autoriza o Poder Executivo criar um Curso de Jornalismo na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Estadual de Maringá. — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Ple-

nário. Encerrada a discussão. — Em votação. — Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 24, quarta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 226-73.

Levanta-se a Sessão.

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 202.ª Sessão Ordinária Realizada em 23 de Outubro de 1973 — (3.ª-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Muggiati Filho e David Federmann.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Santos Lima, Odilon Reinhardt, Jorge Sato, Muggiati Filho, David Federmann, Aginaldo Pereira Lima, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Domicio Scaramella, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Igo Losso, Iris Caldart, Ivo Thomazoni, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Mauricio Fruet, Nelson Buffara, Ovidio Franzoni, Paulo Poli, Rosário Pitelli, Sebastião Rodrigues Júnior, Wilson Brandão, Xenofonte Villanueva, Alvaro Dias, Antônio Costa, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Arthur de Souza, Fuad Nachi, João Fadel, Luiz Roberto Soares, Paulo Camargo e Quielse Crisóstomo (42); achando-se ausentes os Srs. Deputados Hélio Manfrinato, Haroldo Bianchi, Ivo Rocha, Olavo Ferreira e Wilson Fortes (5).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE.

MENSAGENS:

MENSAGEM

85/73

Curitiba, 5 de outubro de 1973.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva instituir a COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA, para realização de serviços comuns aos municípios que integram a Região, estabelecida nos termos da Lei Complementar Federal n.º 14, de 8 de junho de 1973.

A criação de Regiões Metropolitanas, pela sua elevada significação mereceu destacado tratamento na Carta Magna da Nação, cujo artigo 164 textualmente preceitua:

"Art. 164 — A União, mediante lei complementar, poderá, para a realização de serviços comuns, estabelecer regiões metropolitanas, constituídas por municípios que independentemente de sua vinculação administrativa, façam parte da mesma comunidade sócio-econômica".

A Lei Complementar Federal n.º 14, de 8 de junho de 1973, respaldada nas disposições constitucionais acima transcritas, estabeleceu, no País, oito Regiões Metropolitanas, entre as quais a de Curitiba, compreendendo esta, os municípios de Curitiba, Almirante Tamandaré, Araucária, Bocaiuva do Sul, Campo Largo, Colombo, Contenda, Piraquara, São José dos Pinhais, Rio Branco do Sul, Campina Grande do Sul, Quatro Barras, Mandrituba e Balsa Nova.

Prevê, ainda, a Lei Complementar Federal n.º 14-73, a criação, por lei estadual, de um Conselho Deliberativo e de um Conselho Consultivo em cada Região Metropolitana, dando aquele ato legislado da União as linhas básicas quanto à composição e competência de tais Conselhos.

Assim, a Administração Estadual, em inteira consonância com as normas básicas consubstanciadas na Lei Complementar, determinou aos Órgãos Competentes fossem realizados os necessários estudos no sentido do perfeito equacionamento do assunto, a fim de que a Região Metropolitana de Curitiba possa, no mais breve espaço de tempo, ter o seu crescimento harmonicamente orientado e definido através do "Plano de Desenvolvimento da Região Metropolitana" conforme preconizam normas emanadas do Governo Federal.

O Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba, que, logo após o advento da lei ora proposta será elaborado pelo Conselho Deliberativo, constituir-se-á o documento fundamental para orientação do desenvolvimento de Região e bem assim para programação dos serviços de interesse comum aos municípios integrantes.

Os serviços comuns reputados de interesse metropolitano, são, segundo a Lei Federal, os seguintes:

- I — planejamento integrado do desenvolvimento econômico e social;
- II — saneamento básico, notadamente abastecimento de água e rede de esgotos e serviços de limpeza pública;
- III — uso do solo metropolitano;
- IV — transportes e sistema viário;
- V — produção e distribuição de gás combustível canalizado;
- VI — aproveitamento dos recursos hídricos e controle da poluição ambiental, na forma que dispuser a lei federal; e
- VII — outros serviços incluídos na área de competência do Conselho Deliberativo por lei federal.

Entre várias alternativas, o Poder Executivo preferiu a contida no Plano de Lei ora encaminhado, por ser a que oferece melhores condições de plena, integral e perfeita exequibilidade, sem impor pesado onus ao erário, visto que a Coordenação da Região Metropolitana — COMEC, dotada de autonomia técnica e administrativa, terá uma estrutura simples, mas inteiramente suficiente para assegurar a colimação de seus reais objetivos. Compõe-se a COMEC, dos Conselhos Deliberativo e Consultivo, aludidos no art. 2.º da Lei Complementar 14-73, e, de uma Secretaria Administrativa, podendo, ainda, contar com o assessoramento de órgãos já existentes na área estadual e municipal, mormente da Coordenação do Planejamento Estadual, através da qual será vinculada ao Governador do Estado.

Tendo em vista os elevados interesses públicos, é solicitada, para apre-

ciação da matéria contida no anexo Plano de Lei, a forma prevista pelo § 3.º do art. 25, da Constituição Estadual.

Certo de que a medida ora submetida a essa Colenda Casa, merecerá o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) **EMÍLIO GOMES**

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

CAPÍTULO V Da Organização

Art. 1.º — Fica instituída a COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA — COMEC, visando a realização de serviços comuns aos municípios que integram a região metropolitana de Curitiba, estabelecido nos termos do art. 164, da Constituição da República e da Lei Complementar Federal n.º 14, de 8 de junho de 1973.

Art. 2.º — O território da região metropolitana é área contínua constituída dos atuais municípios de Curitiba, Almirante Tamandaré, Araucária, Bocaiuva do Sul, Campo Largo, Colombo, Contenda, Piraquara, São José dos Pinhais, Rio Branco do Sul, Campina Grande do Sul, Quatro Barras, Mandrituba e Balsa Nova.

Art. 3.º — A Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, dotada de autonomia técnica e administrativa, será vinculada ao Governador do Estado através da Coordenação do Planejamento Estadual e terá sede e foro em Curitiba.

Art. 4.º — A COMEC é composta dos Conselhos Deliberativo e Consultivo ajudados no art. 2.º da Lei Complementar Federal n.º 14-73 e de uma Secretaria Administrativa.

Art. 5.º — O Conselho Deliberativo constituir-se-á de 5 (cinco) membros, sendo um deles indicado pelo município de Curitiba e outros pelos demais municípios integrantes da região metropolitana, todos nomeados pelo Governador do Estado.

§ 1.º — O representante do Município de Curitiba será indicado em lista triplíce, pelo Prefeito.

§ 2.º — O representante dos demais municípios da região será indicado pela maioria absoluta de seus Prefeitos.

§ 3.º — O Presidente do Conselho Deliberativo é o Secretário de Estado responsável pelo Planejamento Estadual.

Art. 6.º — O Conselho Consultivo, dirigido pelo Presidente do Conselho Deliberativo, compor-se-á de um representante de cada município integrante da região nomeado pelo Governador do Estado.

CAPÍTULO II Da Competência

Art. 7.º — Compete basicamente a COMEC:

I — Cumprir o disposto no art. 164, da Constituição Federal, nos termos de sua legislação complementar;

II — promover, elaborar, aprovar, fazer cumprir e controlar o planejamento integrado da região;

III — promover, coordenar e elaborar estudos, projetos e programas, harmonizando-os com os das diretrizes do planejamento regional;

IV — realizar pesquisas destinadas a fornecer e atualizar os dados necessários ao planejamento integrado da região;

V — coordenar os serviços comuns de interesse metropolitano empreendidos pelo Estado e Municípios da região;

VI — articular-se com os órgãos da União objetivando a compatibilização dos programas de interesse metropolitano;

VII — coordenar a elaboração de programas e projetos de obra, atividades e serviços de interesse metropolitano, consubstanciados em orçamentos anuais e plurianuais;

VIII — propor aos poderes competentes expedição de medidas legislativas e administrativas;

IX — estabelecer diretrizes e normas para os planos municipais de desenvolvimento, bem como colaborar com os municípios na sua elaboração, visando sua adequação ao planejamento integrado da região metropolitana;

X — propor desapropriações e estabelecer limitações e servidões administrativas necessárias à suas atividades e finalidades;

XI — opinar sobre concessão, permissão e autorização de serviços de interesse metropolitano;

XII — obter e fornecer recursos técnicos e financeiros para consecução de seus objetivos;

XIII — promover, mediante convênio e através dos órgãos competentes, a execução supletiva das atividades locais que, em razão do planejamento integrado da região metropolitana, ultrapassaram a capacidade executiva dos municípios;

XIV — celebrar convênios, constituir consórcios e delegar atribuições de sua competência a órgãos regionais, setoriais e locais;

XV — providenciar transferência ou alienação de bens desapropriados para fins de renovação urbana; e

XVI — exercer todos os poderes de administração da Entidade.

Art. 8.º — Compete basicamente ao Conselho Deliberativo:

I — Promover a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da região metropolitana;

II — promover a programação dos serviços comuns aos Municípios da Região;

III — coordenar a execução de programas e projetos de interesse da região metropolitana, objetivando-lhes sempre que possível, a unificação quanto aos serviços comuns;

IV — formular as diretrizes da política de desenvolvimento da região;

V — aprovar o Plano de Desenvolvimento Integrado da região metropolitana, bem como os planos setoriais e relativos aos serviços comuns;

VI — propor alterações na área territorial da região;

VII — aprovar os critérios de contratação de serviços técnicos especializados; e

VIII — deliberar sobre a criação de empresas de âmbito metropolitano.

Art. 9.º — Compete ao Conselho Consultivo:

I — Opinar, por solicitação do Conselho Deliberativo, sobre questões de interesse da região metropolitana;

II — sugerir ao Conselho Deliberativo a elaboração de planos regionais e a adoção de providências relativas à execução de serviços comuns;

III — opinar sobre qualquer matéria que lhe for submetida pelo Conselho Deliberativo; e

IV — opinar sobre o Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana, bem como os planos setoriais decorrentes e relativos aos serviços comuns.

Art. 10 — Compete à Secretaria Administrativa:

I — Executar as decisões dos Conselhos Deliberativo e Consultivo a ela relacionadas;

II — promover, coordenar e dirigir a execução dos serviços administrativos da COMEC; e

III — contratar pessoal, serviços e fornecimentos de materiais necessários à instalação, funcionamento e manutenção da COMEC.

CAPÍTULO III Dos Serviços Metropolitanos

Art. 11 — Reputam-se de interesse metropolitano os seguintes serviços comuns aos municípios que integram a região:

I — Planejamento integrado do desenvolvimento econômico e social;

II — saneamento básico, notadamente abastecimento de água e rede de esgotos e serviços de limpeza pública;

III — uso do solo metropolitano;

IV — transporte e sistema viário;

V — produção e distribuição de gás combustível canalizado;

VI — aproveitamento dos recursos hídricos e controle da poluição ambiental, na forma que dispuser a lei federal; e

VII — outros serviços incluídos na área de competência do Conselho Deliberativo por lei federal.

Art. 12 — As obras relativas aos serviços mencionados no artigo anterior serão executadas por órgãos competentes do Estado ou, mediante convênios ou contratos, com órgãos da União ou dos Municípios participantes

CAPÍTULO IV Da Administração

Art. 13 — A COMEC promoverá as necessidades de sua administração, podendo firmar acordos, convênios ou ajustes com outras entidades de direito público ou privado, para fins de cooperação, execução de leis, assistência técnica e prestação de serviços.

Art. 14 — Decreto do Poder Executivo Estadual aprovará a estrutura interna, regulamentação e regimentos dos órgãos da COMEC, seu quadro funcional e salários bem como fixará a forma de remuneração dos Membros dos Conselhos Deliberativo e Consultivo.

Art. 15 — Os servidores da COMEC serão submetidos ao regime de Legislação Trabalhista.

Art. 16 — Os servidores públicos do Estado e dos Municípios, bem como os servidores e empregados de seus órgãos de administração indireta que forem colocados à disposição da COMEC conservarão seu regime jurídico e filiação previdenciário.

CAPÍTULO V Das Disposições Gerais

Art. 17 — Os órgãos estaduais, as empresas de âmbito metropolitano e as entidades que, através de convênio, executarem programas e projetos de interesse da região metropolitana, deverão pautar sua ação pelas diretrizes contidas no Plano de Desenvolvimento Integrado da Região, nos seus aspectos gerais ou setoriais.

Art. 18 — As entidades e órgãos atualmente encarregados de serviços comuns compreendidos como de interesse regional, manterão as diretrizes existentes, enquanto não sejam tomadas resoluções específicas da COMEC.

Art. 19 — As empresas e entidades de âmbito metropolitano serão, pela forma adequada, vinculadas à COMEC.

Art. 20 — As deliberações da COMEC terão forma de resolução e serão publicadas no Diário Oficial do Estado.

Art. 21. Os Municípios da região, ao realizarem obras e serviços que tenham forçosamente reflexos e implicações sobre outros Municípios, deverão submeter os projetos previamente à aprovação da COMEC.

Art. 22. As obras e serviços do Governo Estadual a serem implantadas na área metropolitana, pelos seus órgãos e entidades, deverão ser realizados coordenadamente com as diretrizes da COMEC, nos planos setoriais e do Plano de Desenvolvimento Integrado, em harmonia com o planejamento regional e municipal respectivo.

Art. 23. Mediante convênio o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) exercerá a função de órgão interno de planejamento da Região e de assessoramento dos Conselhos.

Art. 24. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos especiais até o valor de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado ao atendimento de despesas com instalação e funcionamento da COMEC, mediante o cancelamento de igual valor em dotações constantes do vigente Orçamento Geral do Estado.

Art. 25. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Constituição e Justiça

MENSAGEM 88-73

Curitiba, 5 de outubro de 1973.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a permutar, mediante prévia avaliação e preenchimento das demais formalidades legais a área de terreno remanescente do lote n.º 36-A, da Gleba Patrimônio Maringá, com área aproximada de 5.984,54 m², de propriedade do Estado do Paraná, pelos lotes n.ºs 1 a 10, da quadra n.º 3 do Jardim Clementino do Município de Marialva, com área total de 3.300,00 m², de propriedade da Firma Indústria de Óleos Nata S.A.

A permuta de imóveis cuja autorização é objeto do Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Casa de Leis consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, tendo-se em conta que o lote n.º 36-A, de propriedade do Estado, por sua localização e área, é segundo informações dos Órgãos Técnicos competentes, inconveniente para a destinação que se pretendia dar a tal imóvel, qual seja, a edificação de residências para operários do DER e prédio para dependências do 10.º Distrito Rodoviário, sediado em Maringá. Por outro lado, se efetivada a mencionada permuta, melhores condições serão ensejadas para a edificação das obras de interesse do DER, uma vez que, os lotes ofertados pela ÓLEOS NATA S.A., estão localizados em

zona mais adequada, inclusive sendo dotados de todos os melhoramentos públicos.

Vale ressaltar, ainda que a pretendida permuta virá, sem dúvida alguma, contribuir grandemente para o desenvolvimento de Maringá, visto que a Indústria Oleos Nata S.A., cuja fábrica limita-se com o lote do Estado, pretende ampliar suas atividades, vindo com isso, ensejar maior oferta de mão de obra.

Certo de que a medida ora submetida a essa Colenda Casa, merecerá o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) EMILIO GOMES — Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a permutar mediante prévia avaliação e preenchimento de todas as formalidades legais, a área de terreno remanescente do lote n.º 36-A da Gleba Patrimônio Maringá, com a área aproximada de 5.984,54 m², de propriedade do Estado do Paraná, pelos lotes de n.º 1 a 10 da Quadra n.º 3 do Jardim Clementino, do Município de Maringá, com área total de 3.300,00 m² de propriedade da firma Indústria de Oleos Nata S.A.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Constituição e Justiça

MENSAGEM 89-73

Curitiba, 10 de outubro de 1973.

Senhor Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que visa regulamentar a norma constitucional constante do art. 148 da Constituição Estadual.

2. O dispositivo que se pretende disciplinar a execução por meio de lei, é reprodução de idêntica prescrição da Carta Magna do Brasil, que assegura uma série de direitos deferidos aos ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira, da Força Aérea Brasileira da Marinha de Guerra e da Marinha Mercante do Brasil, que efetivamente participaram de operações bélicas na Segunda Guerra Mundial.

3. A União deu execução à norma Constitucional, com a publicação da Lei n.º 5.315, de 12 de setembro de 1967, cujo texto, pela sua idêntica natureza, serviu de base à elaboração do anteprojeto de lei que ora submeto a elevada consideração dessa Casa.

4. Assim a regulamentação ora proposta cuida da matéria com o máximo detalhe e maior clareza, de forma a instituir um diploma legal, contendo definições e normas processuais, com o fim de criar uma dinâmica que ofereça condições práticas para a solução imediata dos problemas dos ex-combatentes que buscam no Estado algum meio que lhes permita amenizar a sua subsistência.

5. O anteprojeto proposto, atendendo unicamente ao que dispõe o texto constitucional, conceitua o ex-combatente, estabelece os meios de prova, regula a estabilidade funcional, assegura o aproveitamento no serviço público, concede aposentadoria aos 25 anos de serviço, dispõe sobre o direito de promoção de assistência médica educacional, assim como a concessão de adicionais e isenção do imposto de transmissão.

6. Tendo em vista os elevados interesses públicos é solicitada para apreciação da matéria contida no anexo Plano de Lei, a forma prevista pelo § 3.º do art. 25, da Constituição Estadual.

Certo de que a medida ora submetida a essa Colenda Casa, merecerá o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) EMILIO GOMES — Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º Considera-se ex-combatente, para efeito da aplicação do artigo 148, da Constituição do Estado, todo aquele que tenha participado efetivamente de operações bélicas na Segunda Guerra Mundial, como integrante da Força Expedicionária Brasileira, da Força Aérea Brasileira, da Marinha de Guerra e da Marinha Mercante do Brasil, e que no caso de militar, haja sido licenciado do serviço ativo e com isso retornado à vida civil definitivamente.

§ 1.º A prova da participação efetiva em operações bélicas será feita mediante documento expedido pelos Ministérios Militares:

a) no Exército:

I — o diploma da Medalha de Campanha ou o certificado de ter servido no Teatro de Operações da Itália, para o componente da Força Expedicionária Brasileira;

II — o certificado de que tenha sido integrante da guarnição das ilhas oceânicas de Fernando Noronha e Trindade durante a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial.

b) na Aeronáutica:

I — o diploma da Medalha de Campanha da Itália, para o seu portador, ou o diploma da Cruz de Aviação para os tripulantes de aeronaves engajados em missões de patrulha.

c) na Marinha de Guerra e Marinha Mercante:

I — o diploma de uma das Medalhas Navais do Mérito de Guerra, para o seu portador, desde que tenha sido tripulante de navio de guerra ou mercante, atacados por inimigos ou destruídos por acidente, ou que tenha participado de comboio de transporte de tropas ou de abastecimento, durante a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial;

II — o diploma de Medalha de Campanha da Força Expedicionária Brasileira;

III — o certificado de ter participado das operações especificadas nos itens I e II, alínea "c", § 2.º do presente artigo.

§ 2.º A prova de ter servido em Zona de Guerra não autoriza o gozo das vantagens previstas nesta Lei.

Art. 2.º E estável o ex-combatente servidor público civil do Estado.

Art. 3.º O Estado aproveitará, mediante nomeação nos cargos públicos vagos, iniciais de carreira ou isolados, independentemente de concurso, os ex-combatentes que o requerem, mediante apresentação de comprovante que os qualifique para o exercício do cargo, ou mediante prova individual de capacidade para os demais.

§ 1.º Os que não quiserem submeter-se à prova, ou forem nela inabilitados, serão aproveitados em classe condizente com a sua capacidade de trabalho.

§ 2.º O requerimento de que trata este artigo será dirigido à autoridade competente para a nomeação.

Art. 4.º Nenhuma nomeação será feita se houver ex-combatente que tenha requerido o seu aproveitamento no serviço público e esteja em condições de exercer o cargo inicial para cujo provimento foi realizado concurso.

Parágrafo único. Aberto o concurso e durante o prazo estabelecido para a inscrição dos candidatos, os ex-combatentes deverão requerer o seu aproveitamento para efeito do disposto neste artigo.

Art. 5.º Ao ex-combatente, que no ato da posse, vier a ser julgado definitivamente incapaz para o serviço público ser-lhe-á concedida a pensão de que trata a Lei n.º 1.095, de 7 de janeiro de 1953, desde que comprove não ter rendimento que lhe assegure a subsistência.

Art. 6.º Exclui-se do aproveitamento o ex-combatente que tenha em sua folha de antecedentes o registro de condenação penal por mais de dois anos; ou mais de uma condenação e pena menor por qualquer crime do tipo.

Art. 7.º O ex-combatente já aproveitado e os que vierem a se-lo não terão direito a novos aproveitamentos.

Art. 8.º — Somente será aposentado com 25 (vinte e cinco) anos de serviço público o servidor público civil que o requerer, satisfeitos os requisitos do artigo 1.º desta Lei.

Art. 9.º Ao ex-combatente, funcionário civil, fica assegurado o direito à promoção após o interstício legal e se houver vaga.

Parágrafo único. Nas promoções subsequentes, o ex-combatente terá preferência, em igualdade de condições de merecimento ou antiguidade.

Art. 10. O ex-combatente, sem vínculo empregatício com o serviço público carente de recursos, que contraiu ou vier a contrair moléstia incurável, ou não, poderá requerer sua internação em organizações hospitalares, civis ou militares, do Governo Estadual.

Parágrafo único. O serviço médico civil ou militar mais próximo da residência do requerente providenciará sua internação, fornecendo a passagem para o local onde ela for possível.

Art. 11. Nos educandários oficiais do Estado os ex-combatentes e seus filhos são dispensados das taxas e emolumentos de matrícula ou anuidade mediante requerimento ao respectivo diretor com as provas necessárias.

Art. 12. O disposto nesta lei se aplica aos órgãos da administração em geral e das autarquias estaduais.

Art. 13. Ao ex-combatente funcionário público será concedido o acréscimo de adicionais de que trata o artigo 70, item II da Constituição Estadual na razão de 5% (cinco por cento) por ano excedente de 2 anos de serviço até completar 25% (vinte e cinco por cento).

Art. 14. O ex-combatente é isento do imposto de transmissão na aquisição de imóvel para sua moradia, mediante prova de que não possui outro para o mesmo fim.

Art. 15. As certidões ou atestados fornecidos pela instituição associativa dos ex-combatentes, será documento hábil para a obtenção dos benefícios previstos nos artigos 9.º 11 e 14 desta Lei.

Art. 16. As pensões de que trata a Lei n.º 1.095, de 7.1.53, ficam elevadas para Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) mensais.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 18. Revogam-se as disposições em contrário

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 90-73

Curitiba, 10 de outubro de 1973.

Senhor Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica de Convenio entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública e o Município de Cianorte visando organizar o serviço de Rádio Patrulha daquele Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida a apreciação dessa Colenda Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Augusta Casa o necessário apoio e consequente aprovação reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) EMILIO GOMES — Governador do Estado

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CIANORTE

Convenio que entre si fazem, a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Município de Cianorte.

Pelo presente instrumento particular, de um lado a Secretaria de Segurança Pública, representada pelo titular gen. Mário Carneiro Portes e de outro o Município de Cianorte, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Nelson Prendin, com base no artigo 117 da Constituição Estadual e tendo em vista a autorização do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, resolveram, de pleno e comum acordo, celebrar o presente Convenio mediante as cláusulas e condições seguintes:

PRIMEIRA — A Secretaria de Segurança Pública, através da Polícia Militar do Estado do Paraná, por Unidade desta, com jurisdição no Município de Cianorte, organizará e manterá em funcionamento, com seu próprio efetivo o serviço de policiamento de Rádio Patrulha.

SEGUNDA — O serviço de Rádio Patrulha atenderá o Município de CIANORTE e, eventualmente, em casos de excepcional emergência, outros municípios circunvizinhos.

TERCEIRA — Os procedimentos permanentes de operações e as cores das viaturas do serviço de Rádio Patrulha, objetos deste Convenio, serão os adotados pela Polícia Militar do Estado do Paraná.

QUARTA — O Município de CIANORTE dotará o serviço de Rádio Patrulha objeto deste CONVENIO de três (3) viaturas modelo especial Volkswagen TL 1600 Patruheiro para serviços de polícia equipados com estação rádio móvel, transceptor, luzes de alarme e sirene, tacógrafos, estação fixa de comunicações instalada, bem como os demais equipamentos acessórios, móveis e utensílios constantes do levantamento de necessidades elaborados pela Polícia Militar.

QUINTA — A central fixa de comunicações do serviço de Rádio Patrulha será instalada em dependências da Companhia PM em Cianorte.

SEXTA — As viaturas constantes deste Convenio somente poderão ser utilizadas no policiamento ostensivo, tipo Rádio Patrulha, assim definidos por legislação pertinente, não podendo ser utilizados em outros serviços.

SÉTIMA — A ampliação do número de viaturas e equipamentos do serviço de Rádio Patrulha, bem como a renovação dos veículos existentes serão efetivados dentro dos recursos disponíveis pela Prefeitura Municipal.

OITAVA — A responsabilidade pela manutenção, reparos e combustíveis das viaturas e equipamentos, objeto deste CONVENIO, será de responsabilidade da Secretaria de Segurança Pública.

NONA — A Prefeitura Municipal de CIANORTE compromete-se a incluir nos seus orçamentos anuais uma verba auxiliar de custeio. nunca inferior a 60 (sessenta) salários mínimos vigentes na Capital do Estado.

DECIMA — As viaturas, além dos dizeres adotados pela Polícia Militar do Estado do Paraná, conterão as palavras: — Convênio de Segurança — Estado do Paraná — Município de Cianorte.

DECIMA PRIMEIRA — Além de sua missão normal de patrulhamento, caberá ao serviço de Rádio Patrulha, objeto deste CONVENIO, a prestação supletiva de serviço de utilidade pública, na forma de assistência à população, principalmente para: propiciar socorros médicos de urgência, transporte de doentes e feridos, deter, transportar e custodiar alienados, encaminhar pessoas e coisas perdidas dar informações de interesse público, encaminhar menores.

E por estarem de pleno acordo com as cláusulas constantes, firmam o presente convênio em seis vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo.

aa) Gen. Mario Carneiro Portes — Secretário de Segurança

Nelson Prendin — Prefeito Municipal de Cianorte.

as. ilegível — Testemunha

as. ilegível — Testemunha

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 91-73

Curitiba, 10 de outubro de 1973

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública com os Municípios de Floresta, Ivaí, Kaloré e Palmeira, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas dos orçamentos dos referidos Municípios.

O interesse público na aprovação das medidas ora submetidas à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) Emilio Gomes — Governador do Estado
(Prot. 24096 — 73-PG)

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORESTA ESTADO DO PARANÁ

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Floresta, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos vinte dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança, presentes os Senhores Mario Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Clovis Freitas, Prefeito Municipal de Floresta, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21.02.1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 22.7.1972, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convênio:

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA — Definições e Legislações:

— A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processos Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

CLÁUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convênio:

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal de Floresta, em contra partida, proporcionará os equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — Conservação e reposição de peças; consertos em geral, retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa dis-

tância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLÁUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação:

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária, e para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLÁUSULA QUINTA — Prazo de Denúncia:

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLÁUSULA SEXTA — Vigência:

— Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio:

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais. Curitiba, 20 de agosto de 1973.

(aa) Mario Carneiro Portes — Secretário de Segurança Pública
Clovis Freitas — Prefeito Municipal
José Maria do Nascimento — Testemunha
Milton R. de Araujo Brito — Testemunha

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ CONVENIO

Termo de Convênio ue entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Ivaí com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos 16 dias do mês de julho do ano de mil novecentos e setenta e três, no gabinete do Secretário de Segurança Pública, presente o senhor Mario Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública, do Estado do Paraná e o senhor Olavo Cominesi, Prefeito Municipal de Ivaí, tendo em vista o que preceitua o artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos municípios (64 de 21-2-1948), tendo em vista a autorização Governamental de 21-7-72 publicada no Diário Oficial do Estado n.º 102 e tendo em vista a lei Municipal n.º 131 de 5-6-73, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio, estipular o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA — Objeto do Convênio

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento e população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção e preservação desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações da FURESPOL (investimento capital), de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA — Definição e Legislação

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual — artigo 56), nos termos do artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1.962, tem os encargos entre outros, de apuração de infrações penais e contravencionais, a manutenção e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

CLÁUSULA TERCEIRA — Execução do Convênio

A Secretaria de Segurança Pública na esfera da Administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — A Delegacia de Polícia local dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade, determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento da aplicação;

b) — Os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — A não empregar veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidas por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Ivaí, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — Diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou seus órgãos;

b) — Indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — O fornecimento de combustíveis e óleos lubrificantes aos veículos Policiais atribuídos a Delegacia de Polícia ou órgãos competentes locais.

II — Pneus e componentes, revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtos.

III — Conservação e reposição de peças, consertos em geral, retífica, ou substituição de motores.

IV — Manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos móveis ou portáteis fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis a atividade dos mesmos.

V — Utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídos substâncias químicas, filmes, papéis, apropriados material de limpeza e conservação.

VI — Conserto e preservação de material mobiliário e das instalações internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLAUSULA QUARTA — Contribuição e Delegacia

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e para execução e controle específicos, haverá delegação a chefia do setor da estrutura, orgânica municipal conjuntamente com a Delegacia de Polícia local responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado a outra, através de ato epistolar de uma autoridade signatária.

CLAUSULA SEXTA — Vigência

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SÉTIMA — Celeridade de Apoio

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou, seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar, os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos a coletividade do Município ou Justiça Pública.

E por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 16 de julho de 1.973

aa) Mário Carneiro Portes
Secretário de Segurança
Olavo Cominesi
Prefeito Municipal
(Assinatura Ilegível)
Testemunha
(Assinatura Ilegível)
Testemunha

PREFEITURA MUNICIPAL DE KALORÉ

Lei n.º 89-61 de 7-8-1961

Termo de convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Kaloré Estado do Paraná, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendente ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos trinta e um dias do mês de julho do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presentes o Senhor Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor José Basdão, Prefeito Municipal de Kaloré, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o Artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-2-1948) e tendo em vista a autorização governamental datada de 22-7-1972, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

CLAUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convênio

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLAUSULA SEGUNDA — Definições e Legislações

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros de apuração de infrações penais e contravenções, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos componentes.

CLAUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convênio

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

- a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento e aplicação;
- b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;
- c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Kaloré, Estado do Paraná, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

- a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou
- b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;
- I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;
- II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;
- III — conservação e reposição de peças; consertos em geral, retífica ou substituição de motores;
- IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis; fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídos substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLAUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor na estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLAUSULA SEXTA — Vigência

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio:

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízo à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 31 de julho de 1.973

aa) Mario Carneiro Portes
Secretário de Segurança Pública
José Basdão
Prefeito Municipal de Kaloré
(Assinatura Ilegível)
Testemunha
(Assinatura Ilegível)
Testemunha

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA CONVÊNIO

Termo de convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Palmeira, do Estado do Paraná, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamento para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos nove dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presente o Senhor Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança do Estado do Paraná e o Senhor Diogo Antonio M. Caprano, Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e o artigo 51 (itens VIII e IX), da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21-2-1948) e tendo em vista a autorização governamental de 21-7-72, publicada no Diário Oficial n.º 102, resolveram, mediante as cláusulas do presente termo de convênio estipular o seguinte:

CLAUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convênio

Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação desses recursos.

Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (investimento capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLAUSULA SEGUNDA — Definições e Legislações

A Polícia (Judiciária) Civil (Constituição Estadual Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º do Código de Processo Penal e Decreto Estadual 9.949 de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros de apuração de infrações penais e contravenções, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

CLAUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convênio

A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

- a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis a ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento e aplicação;
- b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicação, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;
- c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor imediato, análogo equipamento.

A Prefeitura Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

- a) — diretamente, através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou
- b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;
- I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos componentes locais;
- II — Pneus e componentes; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral, retifica ou substituição de motores;

IV — Manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis.

CLAUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação

As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio proporcionar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor na estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLAUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia

O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLAUSULA SEXTA — Vigência

Este convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA SETIMA — Celeridade do Apoio:

Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas cláusulas deste convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionando prejuízos à coletividade do município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Curitiba, 20 de agosto de 1973

aa) Mário Carneiro Portes

Secretário de Segurança

Diogo Antonio M. Caprano

Prefeito Municipal de Palmeira

José Maria do Nascimento

Testemunha

Milton R. A. Britto

Testemunha

A Comissão de Constituição e Justiça

MENSAGEM

82/73

Curitiba, 10 de outubro de 1973.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública com os Municípios de Mirador e Santa Helena, objetivando a implantação de complexos de radiocomunicação de fonia e telegrafia nos referidos Municípios.

O interesse público na aprovação das medidas ora submetidas à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) EMÍLIO GOMES

Governador do Estado

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOR CONVÊNIO

Termo de Convênio que ensi si fazem a Polícia Civil do Paraná através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Mirador, com a finalidade de realizar a implantação do complexo de radiocomunicação integrado auxiliando assim, a Polícia Judiciária, através do provimento e infra estrutura complementar da Polícia Civil.

Aos 21 dias do mês de junho do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presente o Senhor General Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor José das Dorez Prefeito Municipal de Mirador, resolveram mediante as cláusulas do presente termo de Convênio estipular o seguinte:

CLAUSULA PRIMEIRA: — A Prefeitura Municipal de Mirador, consoante a autorização outorgada pela Lei Municipal n.º 04-73 datada de 13.06.1973 para a implantação de um complexo de radiocomunicação de fonia e telegrafia no Município, dotará a Delegacia local, Sub-Delegacias dos Distritos Judiciários de Jurisdição do Município, e respectivo veículos de instalações dos serviços de radiofonia e telegrafia, cujas especificações e tipos serão objetos de exame e indicação por grupo presidido pelo Assistente Técnico em eletrônica e Telecomunicações do Gabinete da SESP;

CLAUSULA SEGUNDA: — Os aparelhos a serem fornecidos pela Prefeitura Municipal passarão a fazer parte do patrimônio da Polícia Civil órgão da Secretaria de Segurança Pública, sendo um para a sede do Município e tantos quantos necessários forem para completar as Sub-Delegacias de Polícia no interior do Município, podendo também fornecer rádios móveis para uso nos veículos da Polícia Judiciária.

CLAUSULA TERCEIRA: — Caberá à Polícia Civil, da SESP, fornecer o pessoal especializado para a manutenção e operação dos serviços de rádio.

CLAUSULA QUARTA: — O serviço de radiocomunicação servirá para fins normais de comunicação entre a Delegacia de Polícia local com a sede da Sub-Divisão Policial, e outras Delegacias de Polícia, ou demais órgãos públicos, entre aquele órgão e veículo da Polícia Judiciária;

CLAUSULA QUINTA: — A Prefeitura Municipal de Mirador, terá acesso ao uso do serviço de rádio, nas eventuais necessidades administrativas, bem como, será utilizado para a Municipalidade, em caso de calamidade pública, catástrofe, doença ou qualquer emergência.

CLAUSULA SEXTA: — Os aparelhos tratados neste ajuste serão instalados na Delegacia de Polícia Sub-Delegacias as respectivas viaturas pertencentes a esses órgãos, não poderão ser retiradas sob nenhum pretexto, do Município para serem instalados em outras localidades ou utilizados em finalidade diversa da prevista no presente convênio.

CLAUSULA SETIMA: — Este convênio entrará em vigor a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, e terá prazo indeterminado

quanto aos objetivos a serem alcançados, serão desenvolvidos em programação a curto prazo, médio e longo prazo.

E, por estarem de pleno acordo, com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos jurídicos e legais.

Curitiba, 21 de junho de 1.973.

aa) MARIO CARNEIRO PORTES — Secretário de Segurança Pública

JOSE DAS DORES — Prefeito Municipal de Mirador.

José Maria do Nascimento — Testemunha

Eraylton Moreschi — Testemunha

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA

CONVÊNIO

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal de Santa Helena, com a finalidade de realizar a implantação do complexo de radiocomunicação integrado, auxiliando assim, a Polícia Judiciária, através de provimento e infra estrutura complementar da Polícia Civil.

Aos 06 (seis) dias do mês de junho do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança Pública, presente o Senhor Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná e o Senhor Naudé Pedro Prates, Prefeito Municipal de Santa Helena resolveram mediante as cláusulas do presente termo de convênio, estipular o seguinte:

CLAUSULA PRIMEIRA — A Prefeitura Municipal de Santa Helena, consoante a autorização outorgada pela Lei Municipal n.º 069-72, datada de 23.01.72, para a implantação de um complexo de radiocomunicação de fonia e telegrafia no Município, dotará a Delegacia de Polícia local, Sub-Delegacias dos Distritos Judiciários de Jurisdição do Município e respectivos veículos, de instalações dos serviços de radiofonia e telegrafia cujas especificações e tipos serão objeto de exame e indicação por grupo presidido pelo Assistente Técnico em eletrônica e Telecomunicações do Gabinete da SESP;

CLAUSULA SEGUNDA: — Os aparelhos a serem fornecidos pela Prefeitura Municipal passarão a fazer parte do patrimônio da Polícia Civil, órgão da Secretaria de Segurança Pública, sendo um para a sede do Município e tantos quantos necessários forem para completar as Sub-Delegacias de Polícia no interior do Município, podendo também fornecer rádios móveis para uso nos veículos da Polícia Judiciária;

CLAUSULA TERCEIRA: — Caberá à Polícia Civil, da SESP, fornecer o pessoal especializado para manutenção e operação dos serviços de rádio;

CLAUSULA QUARTA: — O Serviço de Radiocomunicação servirá para fins normais de comunicação entre a Delegacia de Polícia local, com a sede da Subdivisão Policial e outras Delegacias, ou demais órgãos públicos entre aquele órgão e veículos da Polícia Judiciária;

CLAUSULA QUINTA: — A Prefeitura Municipal de Santa Helena, terá acesso ao uso do serviço de rádio, nas eventuais necessidades administrativas, bem como, será utilizado para a municipalidade, em caso de calamidade pública, catástrofe, doença ou qualquer emergência;

CLAUSULA SEXTA: — Os aparelhos tratados neste ajuste serão instalados na Delegacia de Polícia, Sub-Delegacias e respectivas viaturas pertencentes a esses órgãos, e não poderão ser retirados sob nenhum pretexto, do Município para serem instalados em outras localidades ou utilizados em finalidade diversa da prevista no presente convênio;

CLAUSULA SETIMA: — Este convênio entrará em vigor a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, e terá prazo indeterminado, quanto aos objetivos a serem alcançados, serão desenvolvidos em programação a curto prazo, médio e longo prazo.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas as partes constantes, firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos jurídicos e legais.

Curitiba, 06 de junho de 1973.

aa) MARIO CARNEIRO PORTES — Secretário de Segurança Pública

NAUDÉ PEDRO PRATES — Prefeito Municipal de Santa Helena

José Maria do Nascimento — Testemunha

Eraylton Moreschi — Testemunha

A Comissão de Constituição e Justiça

OFÍCIOS:

Sob o n.º 292-73, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei n.º:

9.73: — Do Senhor Deputado David Fiedermann, que visa transferir à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga Ponta Grossa ao Distrito de Itaipococa, em um trecho aproximado de 20 quilômetros. — A C. C. J.

Do Senhor General Hernani Nogueira Zaina, acusando o recebimento e agradecendo o convite formulado por esta Casa para assistir a homenagem prestada ao Doutor Afonso Alves de Camargo, por ocasião da passagem do centenário de seu nascimento. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 31-73, do Senhor Vereador Ercio Enz, Presidente da Câmara Municipal de Paissandu comunicando haver sido aprovado pela Câmara de Quinta do Sol, requerimento do Senhor Vereador Raul Ferreira de Mello, no que diz respeito a remuneração dos vereadores de Municípios menores. — Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Jorge Sato, solicitando Regime de Urgência às Proposições n.ºs 226-73, 227-73 e 235-73.

Requerimento

Senhor Presidente:
O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos de hoje de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido ontem em nossa Capital do Senhor Felix Alberto Maxuelli Tamplim, genitor do estimado funcionário deste Poder. Senhor Perci Tamplim e sogro do Excelentíssimo Deputado Federal, Túlio Vargas.

Da decisão da Casa, solicita-se, ainda dê-se ciência à família enlutada. Sala das Sessões, em 23 de outubro de 1973.

(a) — Jorge Sato.

Requerimento

Requeiro à Mesa ouvida a Casa seja consignado na Ata dos Trabalhos de hoje um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido do pres.

tante cidadão Dr. Felix Alberto Maxwell Tamplin, de tradicional família paranaense.

O Dr. Felix Tamplin, era pessoa de grande conceito em nossa sociedade tendo em vista a sua vida inteiramente marcada por intensa atividade em favor do bem comum.

Ao falecer, deixou magnífico exemplo de uma dedicação cristã e sincera a todos os que privaram de sua amizade e trabalho.

Sua inesperada e prematura partida surpreendeu sua esposa D. Leoni Bettes Tamplin e seus dedicados filhos Liliam Vargas casada com o Deputado Federal Tulio Vargas e Percy Tamplin.

Requerio, outrossim, uma vez aprovado o presente, de-se ciência da decisão da Casa à família enlutada.

Sala das Sessões 23 de outubro de 1973

(a) — Igo Lessio

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas prerrogativas regimentais. REQUER, após ouvido o Plenário seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje voto de congratulações ao Professor Theodócio Jorge Atherino pela sua nomeação como Magnífico Reitor da Universidade Federal do Paraná.

Requer, ainda que da decisão da Casa seja dada ciência ao ilustre homem público.

Sala das Sessões, 23 de outubro de 1973.

(a) — Borsari Netto.

JUSTIFICATIVA:

Na tarde de ontem o Presidente da República General Emílio Garrastazu Médici, assinou decreto nomeando como Reitor da Universidade Federal do Paraná o Professor Theodócio Jorge Atherino, possuidor de significativa folha de serviços prestados à nossa Universidade e ao Paraná.

O Professor Theodócio, engenheiro Civil formado pela Universidade Federal do Paraná exerceu diversos cargos públicos de importância entre os quais o de Diretor Administrativo do DER, Chefe da Divisão de Planejamento do DER, Diretor do Departamento de Urbanismo da Prefeitura de Curitiba, Diretor Superintendente da Bolsa de Valores do Paraná Assessor de Transportes da Secretaria de Viação e Obras Públicas, Professor Titular da Faculdade de Engenharia da Universidade Federal do Paraná, Professor Titular do Instituto de Matemática e Coordenador de Planejamento da Universidade Federal do Paraná.

O novo Reitor que assumirá o cargo terá a incumbência de solidificar a Reforma Universitária tão bem encaminhada pelos seus antecessores Doutor Alcayr M. Mader e Doutor Eduardo Correia Lima.

O tirocínio de que é possuidor o Professor Theodócio Atherino e seus profundos conhecimentos de assuntos universitários, nos dão a certeza de que sua administração atingirá significativas e importantes metas em prol de nosso ensino universitário.

Justifica-se portanto, nosso Requerimento.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Cultura e ao Presidente da FUNDEPAR solicitando a construção de nova ala do Colégio Estadual Presidente Caetano Munhoz da Rocha de Rio Negro.

Tal solicitação prende-se ao fato de que o número de alunos vem aumentando consideravelmente, e caso não se tome medidas urgentes visando a ampliação do referido Colégio já para o próximo ano letivo muitos jovens ficarão sem condições de conseguir matrícula em virtude da falta de vagas.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1973.

(a) — Maurício Fruet.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o Plenário, respectivamente REQUER envio de expediente a Sua Excelência o Senhor Maurício Schulman, Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, solicitando ao mesmo providências no sentido de que determine a criação e instalação de uma Agência de Rendas daquele órgão, na sede do Distrito de Cafelândia, Município de Cascavel.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 1973.

(a) — Odilon Reinhardt.

JUSTIFICATIVA:

Em razão do esforço desenvolvimentista e do progresso que ora apresenta toda a região oeste do Estado do Paraná e, em especial o município de Cascavel por certo, não causará espécie a ninguém a presente reivindicação.

O Distrito de Cafelândia, principal distrito do município de Cascavel, acompanhou com rara felicidade o desenvolvimento de toda aquela área e contribuiu de maneira eficaz e preponderante para o progresso e desenvolvimento que ali se verifica.

Região a princípio agrícola e pecuária, apresenta atualmente em face do aprimoramento de sua agricultura, especificamente da soja, indústria para beneficiamento deste e de outros tipos de cultura.

Encontrando-se distante e separada da sede do município por 60 kms de estradas não pavimentadas que se tornam quase que intransitáveis por ocasião das estações das chuvas, inúmeras portanto são as dificuldades que encontram os contribuintes e devedores de tributos ao Estado, para fazerem o recolhimento de suas obrigações.

A presente solicitação, tem ainda como objetivo, evitar a evasão de rendas do município, o que viria certamente provocar o cerceamento do progresso e desenvolvimento daquela importante fonte arrecadadora da região oeste do Paraná que é o município de Cascavel.

Temos a mais absoluta certeza que a presente reivindicação da população do distrito de Cafelândia, encontrará eco junto a quem de direito, pois além de constituir-se de uma justa reivindicação, estará propiciando às autoridades estaduais a oportunidade de reconhecimento ao trabalho que ali se desenvolve, não somente em prol daquela região mas principalmente em razão de um Estado do Paraná cada vez maior.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado ao final assinado, no uso de atribuições regimentais, requer à Mesa com audiência da Casa, encaminhem-se expedientes aos Excelentíssimos Senhores Presidente da República e Ministro da Educação e Cultura,

bem assim ao Conselho Universitário da Universidade Federal do Paraná, manifestando o aplauso oficial pela indicação e nomeação do professor Theodócio Jorge Atherino para o cargo de reitor da Universidade Federal do Paraná.

JUSTIFICATIVA:

Não são somente os méritos acadêmicos do professor Theodócio Jorge Atherino, evidenciados em 27 anos de magistério na cadeira de Cálculo Superior que relevam esta excepcional figura de nosso Estado. Além da cátedra e dos cargos administrativos que exerceu ou exerceu na Universidade Federal do Paraná o ilustre professor desempenhou na vida pública posições de importância, tanto no rodoviarismo, no setor de obras, ou na administração do Município de Curitiba. Entendemos que a sua sensibilidade humana e política realçada nessas oportunidades é o motivo principal de nosso regozijo. Como Reitor, Theodócio Jorge Atherino tem condições amplas de acabar com o conceito de Universidade como local onde alunos vão assistir aulas. E transformar a instituição numa entidade moderna, que como núcleo de cultura, irradie benefícios sociais a toda comunidade.

Sala das Sessões 23 de outubro de 1973.

(a) — Erondy Silvério

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem REQUERER, após ouvido o Plenário seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Negócios da Segurança Pública, General Mario Carneiro Portes solicitação no sentido de que aquela Secretaria de Segurança Pública promova estudos de viabilidade e posterior criação e instalação de um posto do Instituto de Identificação no Município de Dois Vizinhos.

Tal solicitação fundamenta-se no fato de que a Comarca de Dois Vizinhos compõe-se de 79.000 habitantes, e dista mais de 90 quilômetros de Pato Branco, onde está o posto mais próximo, o que evidentemente acarreta inúmeras dificuldades para aquele povo e motivo de constante preocupação para o Senhor Prefeito Municipal de Vereadores do Município de Dois Vizinhos, sempre preocupados em melhorar as condições do serviço público no Município e na Comarca.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 1973.

(a) — IVO THOMAZONI

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário dos Transportes e ao Diretor do D.E.R. visando a construção de Variante na estrada que liga o Município de Tijucas do Sul a BR-101 da localidade de Taboado até Campina, com extensão de 2.800 metros.

A referida Variante possibilitará melhor acesso ao Município encurtando a distância no referido trecho em aproximadamente 3.000 metros.

Sala das Sessões, em 22 de outubro de 1973.

(a) — Maurício Fruet.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, requer, regimentalmente o envio de ofício ao Exmo. Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná, solicitando que se digne adotar as medidas necessárias visando a instalação de agência do estabelecimento bancário no bairro de Uberaba em Curitiba.

Apesar de existirem ali inúmeras indústrias e elevado número de moradores a ausência de estabelecimento bancário provoca sérios transtornos, obrigando os usuários a utilizar-se de agência de crédito em São José dos Pinhais ou no centro de Curitiba, e, por este motivo, justifica-se plenamente o apelo.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 1973.

(a) — Maurício Fruet.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve requer, regimentalmente, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança solicitando que S. Exa. se digne determinar os estudos necessários visando a instalação de Delegacia Distrital no bairro de Uberaba.

Apesar de se constituir num dos mais populosos de Curitiba, Uberaba resente-se de uma Delegacia Distrital, obrigando seus moradores a longas caminhadas à Delegacia do Cajuru ou à Delegacia de Vila Hauer.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 1973.

(a) — Maurício Fruet.

PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei n.º 245-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica concedido o título de "Cidadão Honorário do Paraná" ao Senhor Samuel Klabin, Diretor Presidente das Indústrias Klabin do Paraná e Celulose S.A.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 1973.

(a) — Fabiano Braga Cortes.

JUSTIFICATIVA:

Propõe-se pelo presente Plano de Lei, conceder o título de "Cidadão Honorário do Paraná", ao Senhor Samuel Klabin, Diretor Presidente das Indústrias Klabin do Paraná e Celulose S.A.

Titular de uma das empresas de maior importância no cenário econômico brasileiro, Samuel Klabin, verdadeiro exemplo do trabalho de dedicação e entusiasmo, contribuiu decisivamente para o desenvolvimento social e empresarial do Brasil.

Diversos comandos sociais existem, em verdade, em cada homem, que é força física e espiritual, que é fator econômico produtor e consumidor mas é também o ser humano, o cidadão e, acima de tudo a criatura religiosa o moralista o membro duma família ou duma nação.

Não é o ente humano um autômato só de braços e de cérebro para pro-

duzir e de boca para consumir, buscando apenas, ganhar e fazer, rasteiramente, a vida, num dia a dia chão, vulgar, materialista.

São bem altos graças a Deus, os horizontes do viver humano, e em cada um de nós acima da profissão e da classe pulsam e se dilatam os anelos de verdade e de beleza os anseios do bem onde vivem, o culto à pátria, o amor a Deus a bondade a dedicação, a coragem, o heroísmo.

Pois bem, senhores Deputados.

Samuel Klabin, o desbravador do interior do Estado, a mola propulsora das Indústrias papéis eiras no Brasil, o gerador de riquezas, o dinamismo que impulsionou e projetou o Paraná merço a sua capacidade empresarial, o heróico descortino industrial, reflorestando terras arrasadas pela inépcia, pela imprudência pela negligência de maus brasileiros, situando o nosso Estado em invejável posição na Federação brasileira, pela potencialidade, pela riqueza das suas indústrias, e sobretudo pela sua coragem e pela fé no futuro da nossa terra.

Samuel Klabin, que simboliza o que de nobre e generoso existe na vida humana, o trabalho e a humildade.

Dirigindo um complexo industrial que mantém 2.900 empregados, mais 2.000 em atividades no setor rural e, ainda, 2.000, aproximadamente, diretamente ligados às suas empresas, em outras atividades Samuel Klabin, pela visão que o caracteriza, gerou um Município que hoje é o 8.º em arrecadação do I.C.M., ou seja, o Município de Telémaco Borba.

Nas vicissitudes da vida do empresário Samuel Klabin, em que as emoções se sucedem num ritmo interminável, há por vezes momentos de delicada compensação, que valem como preciosos estímulos. É o aspecto humano, que procurou em toda a sua atividade de empresa, dedicar aos que com ele convivem. O atendimento médico, recreativo, social, que propiciou aos seus comandados, com especial carinho, revelando o espírito altruista na sua verdadeira aceção.

Este é o homem o empresário, o cidadão Samuel Klabin, por cujos méritos acima mencionados, o fazem merecedor da homenagem que ora propomos e que neste momento pedimos o necessário apoio para ulterior aprovação, dos nobres pares desta Casa de Leis, àquele que constitui o exemplo de capacidade, de despreendimento e de confiança no futuro do Brasil.

PROJETO DE LEI N.º 246-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — O Estado do Paraná não realizará novos concursos, na área do magistério, até que sejam nomeados todos os que já o fizeram e que, por motivos vários, não foram ainda aproveitados, embora já tenha excedido o prazo previsto pelos respectivos regulamentos.

Art. 2.º — O Poder Executivo providenciará, através de seus órgãos competentes, ampla divulgação do teor deste Diploma Legal, para conhecimento da classe envolvida na seara da educação.

Parágrafo único — Decorrido o prazo de 120 dias, a partir da publicação da presente Lei, nenhum direito mais assistirá ao interessado, quanto ao aproveitamento do concurso efetuado anteriormente.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 1973.

(a) — David Federmann

JUSTIFICATIVA:

São inúmeras as pessoas que prestaram concurso, na área do magistério, assim no antigo grau primário, como no secundário, cujos elementos, por motivos vários, não foram admitidos nos quadros da Secretaria da Educação e Cultura, embora decorrido o prazo de dois anos previsto nos respectivos regulamentos.

Nessas condições, não se justificaria a realização de novos concursos, até que fossem integralmente incluídos no magistério estadual aqueles que já cumpriram a exigência legal e, em decorrência de restrição orçamentária, não puderam atingir, até hoje, os seus objetivos.

É de nosso entender que, com a proposição ora sugerida, a matéria viria a ser satisfatoriamente solucionada.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Borsari Neto.

O SR. BORSARI NETO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos com satisfação a Tribuna nesta tarde, para que fiquem registrados nos Anais da Casa dois fatos que entendendo significativos. O primeiro deles, a homenagem que foi prestada hoje pela manhã, ao ex-Professor Pedro Viriato Parigot de Souza pelo Aero Clube do Estado. E o segundo, é pelo fato de ter o Exmo. Sr. Presidente da República nomeado o Professor Theodócio Atherino, Reitor da nossa Universidade.

Quanto ao primeiro, tivemos a satisfação de assistir as homenagens que foram prestadas pelo Aero Clube do Paraná ao ex-Governador e sempre lembrado Professor Pedro Viriato Parigot de Souza, que por ter doado ao Aero Clube uma aeronave, teve este avião batizado, com o seu nome em solenidade que foi assistida pela sua Exma. Esposa e Exmo. Sr. Governador do Paraná e pelo Presidente da nossa Assembléia Legislativa.

Quanto ao segundo fato é também uma satisfação poder registrar que na tarde de ontem o Sr. Presidente da República, Gal. Emílio Garrastazu Médici, assinou decreto nomeando como Reitor da Universidade Federal do Paraná o Prof. Theodócio José Atherino possuidor de significativa folha de serviços prestados à nossa Universidade e ao Paraná.

O Prof. Theodócio, engenheiro civil, formado pela Universidade Federal do Paraná, exerceu diversos cargos públicos de importância, entre os quais o de Diretor Administrativo do DER, Chefe da Divisão de Planejamento do DER, Diretor do Departamento de Urbanismo da Prefeitura de Curitiba, Diretor Superintendente da Bolsa de Valores do Paraná, Assessor de Transportes da Secretaria de Viação e Obras Públicas, Prof. Titular da ex-Faculdade de Engenharia da Universidade Federal do Paraná, Professor Titular do Instituto de Matemática e Coordenador do Planejamento da Universidade Federal do Paraná.

O novo Reitor que assumirá o cargo, terá a incumbência de solidificar a Reforma Universitária tão bem encaminhada pelos seus antecessores Dr. Algayr M. Mader e Dr. Eduardo Correia Lima.

O tirocínio de que é possuidor o Professor Theodócio Atherino e seus profundos conhecimentos de assuntos universitários, dão-nos certeza de que sua administração atingirá significativas e importantes metas em prol de nosso ensino universitário.

Justifica-se portanto, nosso Requerimento, lido pelo Sr. 1.º Secretário. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A nossa intenção, neste momento, ao ocupar esta Tribuna, é uma congratulação do povo do Paraná e do Brasil e do Mundo, pela paz que hora começa a reinar no Oriente Médio, entre os povos árabes e o povo de Israel. Esta congratulação queremos externar desta Tribuna e pedimos a Deus que, em sua bondade, faça com que esta paz seja duradoura, para que reine uma paz verdadeira e glória a todo o povo bom, como é o povo árabe e o povo de Israel.

Sr. Presidente, estamos aqui novamente pedindo a S. Exa. o Sr. Governador do Estado, com o Requerimento dirigido ao mesmo, porque depois da concretização da estrada de Guarapuava a Santo Antônio da Platina, um fato palpável é o da realização concreta da estrada de Santo Antonio da Platina a Ibaity; da estrada asfáltica também de Jcarezinho a Cambará e de todas as estradas que tangem ao Norte Pioneiro, a este Norte que agora começa a ver o seu progresso caminhar a passos largos, graças ao dinamismo e tirocínio administrativo do Governador Emílio Hoffmann Gomes, e sua equipe de trabalho. Queremos pedir vênica para também lembrar aos Senhores, que temos uma estrada de vital importância, que é a estrada de Jaguariava - Cerro Azul, consequentemente para demanda dos portos de Antonina e Paranaguá. Aquela estrada, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é a chamada "Estrada do Minério", que será a redenção daquele povo esquecido, que há de carrear benefícios para o Paraná e para que o minério extraído daquelas terras esquecidas, há de carrear divisas para o Paraná.

Pediria vênica para ler Requerimento endereçado a S. Exa. o nosso digno e dinâmico Governador do Estado, Engenheiro Emílio Hoffmann Gomes (Lê):

"Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja dirigido um expediente contendo veemente apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador Emílio Gomes, no sentido de que Sua Excelência haja por bem determinar à Secretaria dos Transportes e ao Departamento de Estradas de Rodagem, seja procedido o exame sobre a viabilidade da construção imediata de uma estrada ligando o Município de Jaguariava ao de Cerro Azul, visto que já existe um estudo do D.E.R. a respeito e principalmente por tratar-se de rodovia de vital importância para a Região.

Assim procedendo, estará sua Excelência atendendo os altos interesses de nosso Estado, uma vez que por ela dar-se-á o escoamento de toda produção de minério e da safra de cereais da imensa região abrangida por estes dois Municípios.

O Requerimento que ora formulamos é calcado em veemente apelo dirigido pelo Digníssimo Prefeito Municipal de Jaguariava, Doutor João Batista da Cruz, Vereadores Cicero Vieira Torres e Milton Sguario, este último An- de industrial da Região.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 1973.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Domicio Scaramella.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Temos o prazer de apresentar, na tarde de hoje, um Requerimento que para nós é de grande importância, assim como para todo o Estado do Paraná. (Lê):

"Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, à Casa, após ciência e aprovação do Plenário, seja enviado expediente contendo as seguintes sugestões, baseadas na inclusa exposição de motivos:

- 1 — Liberar imediatamente a moagem colonial;
- 2 — Solicitar o empenho do Governo do Estado para que o trigo seja industrializado dentro do Estado, impedindo com isso uma grande evasão de ICM. Para tanto, basta uma autorização para os moinhos sem cotas da SUNAB comprarem trigo nacional, ou que sejam incluídos no rateio das cotas.
- 3 — Incentivar a construção de silos e armazéns para atender a estocagem de trigo dentro do Estado, bem como secadores para evitar perdas com o excesso de umidade.
- 4 — Modificar a legislação do Decreto-Lei 210, no que se refere às zonas de consumo, fazendo a nova distribuição de cotas, ou melhor, que o aumento de cotas, em virtude do aumento do consumo do país, tenha prioridade para moinhos localizados nas zonas produtoras (e consumidoras) evitando com isso o longo passeio do trigo.
- 5 — Estudar a possibilidade da compra do trigo ser feita diretamente pelos moinhos com a garantia do preço mínimo pelo governo.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 1973.

(a) — Domicio Scaramella".

O PASSEIO DO TRIGO NACIONAL

O que abaixo é relatado não constitui um apanhado de dados oficiais ou mesmo de órgãos oficiais, mas sim dados diversos sobre um problema que, aparentemente, pequeno, poderá tornar-se de proporções ainda maiores já apresentando na atualidade valores econômicos de proporções bastante elevadas. Os dados, supostos, ou estimados, foram coletados em periódicos e jornais e na maioria apenas estimados.

O tema aborda o trigo nacional, na sua produção, industrialização e consumo, refletindo problemas regionais com repercussão de âmbito estadual.

PRODUÇÃO DO TRIGO NACIONAL

Quando se fala em trigo nacional todos os noticiários se voltam para o Estado do Rio Grande do Sul, onde, sem dúvida, ainda se produz a maior quantidade desse cereal.

Entretanto, poucos conhecem dados sobre a produção do Estado do Paraná.

Acontece que fenômenos típicos de regiões agrícolas, como vêm acontecendo, principalmente no Norte e Sudoeste do Paraná, trazem transformações surpreendentes como é o caso do trigo.

Lavoura recente na região em escala comercial, (pouco mais de 5 anos) o trigo nessas duas regiões está se tornando um alto investimento para o lavrador que incentivado pelo plantio do soja, aproveita sua terra, máquinas e tecnologia para no período da entre-safra do soja cultivar o trigo. Apesar de alguns insucessos por motivo de fatores climáticos e de maior assistência na

seleção de sementes adequadas, o trigo nessas regiões tem demonstrado alta produtividade e rendimento econômico, comparada em padrão e qualidade com a melhores do mundo, superando longe as melhores produções do Estado do Rio Grande do Sul Lavours com tecnologia bastante avançada e sementes adequadas tem dado um rendimento de 130 sacas por alqueire paulista.

Estima-se em 350 mil a 400 mil toneladas a produção de trigo no Paraná, nesta safra de 1973, produção que poderá duplicar já na próxima safra, tendo em vista o aumento da área de plantio prevista para o próximo ano.

COMERCIALIZAÇÃO DO TRIGO

O Decreto-Lei n.º 210, de 27-02-67, estabelece normas para o abastecimento de trigo, sua industrialização e comercialização.

No seu art. 2.º estabelece que "o trigo de produção nacional será adquirido pelo Governo Federal, através do Banco do Brasil S/A," ao mesmo tempo em que divide o Brasil em 8 zonas de consumo, cabendo a São Paulo e Paraná a 7.ª zona.

A SUNAB é o órgão oficial para efetuar a distribuição de trigo para as zonas consumidoras, tendo destinado cotas para os moinhos na época, distribuídas através da aferição da capacidade de moagem e outros critérios correlatos.

É evidente que na época do Decreto-Lei 210 e mesmo antes, o Brasil dependia somente como consumidor de trigo e longe estava o pensamento de tornar-se um produtor autosuficiente. Hoje já se pensa diferente e não longe está o dia que seremos talvez até exportadores do cereal. Por isso mesmo, o parque moageiro nacional teve sua evolução maior localizada nas grandes capitais e principalmente no litoral, nos portos, onde se tornava mais fácil o recebimento do trigo importado. A pequena produção do trigo nacional era na sua maioria absorvida pelos poucos moinhos localizados nas zonas produtoras e pela moagem colonial (benefício).

A falta de moinhos com registro na SUNAB, localizados nas zonas produtoras, ocasiona hoje os seguintes problemas:

1.º) O trigo é transportado das zonas produtoras para os moinhos registrados.

2.º) O produto industrializado volta às mesmas zonas produtoras, com uma duplicidade de frete.

3.º) Uma comparação com dados extra oficiais, apresenta os seguintes resultados:

— Consumo de trigo, per capita no país	40 Kg.
— População Paranaense: 6.200.000 hab.	
— Consumo de trigo no Paraná	248.000 Ton. o qual, em virtude do hábito alimentar, poder aquisitivo, etc, aumenta para aproximadamente 400.000 Ton.
— Produção de trigo prevista para 1973, no Paraná: de 350 a 400 mil Ton. (suficiente para o consumo no Estado)	
— Trigo moído no Paraná	100.000 Ton.
— Déficit de moagem	250.000 Ton.
— Farinha importada (São Paulo)	300.000 Ton.
— Preço por Ton. de trigo entregue aos moinhos	Cr\$ 612,00
— Total correspondente a 300.000 Ton.	Cr\$ 183.600.000,00
— Preço de venda pelos moinhos correspondente a 78% das 300.000 Ton. = 232.000 Ton.	Cr\$ 351.000.000,00
— Diferença	Cr\$ 167.400.000,00
13,5% de ICM s/ Diferença	Cr\$ 22.599.000,00
Transporte (por conta do Governo)	Cr\$ 15.000.000,00
Transporte para o retorno do produto à região de consumo (por conta do consumidor)	Cr\$ 15.000.000,00

MOAGEM COLONIAL

O minifúndio do Sudoeste e mesmo Norte do Paraná, trouxe consigo uma prática muito difundida no Estado do Rio Grande do Sul e Santa Catarina: o lavrador planta apenas uma pequena quantidade de trigo para o seu consumo. Esta prática trouxe a implantação de inúmeras unidades moageiras de pequena capacidade destinadas apenas a prestação de serviço, ou seja, moer o trigo para o pequeno lavrador. Calcula-se que aproximadamente 100 pequenos moinhos acham-se instalados nessas regiões, enquanto que o Rio Grande do Sul conta com aproximadamente 500 moinhos e Santa Catarina com 150 moinhos entregues a essa prática. É evidente que esses pequenos moinhos, por serem apenas prestadores de serviços, não estão enquadrados no rateio de cotas do Decreto-Lei 210.

Em recente fiscalização do CTRIN, órgão do Banco do Brasil para a distribuição e comercialização do trigo, foi proibida a moagem colonial a esses pequenos moinhos, baseado apenas no Decreto-Lei 210 e Portaria da SUNAB, que são omissos quanto a moagem colonial. Os problemas surgidos com essa proibição são grandes, a saber:

1.º) O pequeno lavrador não pode usar o seu produto para a sua alimentação, obrigando-se a entregá-lo ao Banco do Brasil.

2.º) Para entregar o seu produto ao Banco do Brasil, 10 ou 20 sacas de trigo, precisa enfrentar os mesmos problemas que um agricultor que colhe 5000 ou 10 000 sacas, ou seja, enfrentar a fila de caminhões, normalmente existentes na época da colheita, bem como esperar a sua vez de receber os poucos cruzeiros que a colheita lhe deu. Normalmente essas pessoas desistem de entregar o seu produto, aproveitando-o para ração animal.

3.º) A maioria dos pequenos moinhos é uma atividade familiar onde os serviços prestados servem ao sustento dessas famílias. Ora, com a proibição da prestação de serviços, tirou-se a liberdade de profissão do indivíduo e pior do que isso, tirou-se o seu sustento.

4.º) O lavrador, mesmo que entregue o seu produto, recebe por ele Cr\$ 45,00 por saca. Posteriormente terá que adquirir a farinha no comércio por Cr\$ 90,00 ou Cr\$ 95,00. Onde fica a diferença?"

Este o apelo que faço, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para que todos os Srs. Deputados desta Casa aprovem o nosso Requerimento, a fim de que o mesmo seja encaminhado ao Sr. Ministro da Agricultura, como sugestão, para que dê maior incentivo à nossa atividade no Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Belinati, quarto orador inscrito.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Gostaria de lançar um apelo, desta Tribuna, ao Superintendente do Instituto de Previdência do Estado, IPE, para que aquele Instituto amplie sua faixa de atendimento aos contribuintes, aos servidores públicos estaduais, sobretudo aqueles que residem no Interior do Estado, e que são levados, com grandes sacrifícios, a hospitais que tinham convênio com o IPE. Como é o

caso do próprio Hospital Evangélico de Londrina que rompeu compromisso com o IPE, causando, por esse motivo, situações bastante desagradáveis, porque, os servidores públicos estaduais eram atendidos naquele moderno Hospital e agora não mais o são. Também em várias cidades do Paraná hospitais que prestam serviços ao IPE, reclamam que não recebem aquilo a que têm direito. E no instante em que o servidor necessita de uma consulta, ou de uma operação, tem que pagar uma diferença muito grande como taxa de complementação de serviço, porque o benefício pago pelo IPE é, realmente, irrisório, é dos mais insignificantes.

O nosso apelo é para que aquele Instituto de Previdência do Estado, dirigido por homens de comprovada capacidade, possa vir de encontro aos anseios do funcionalismo público do Estado, para que o nosso servidor não viva momentos de inquietação, preocupado, com receio de, no futuro, ficar doente e ter que ficar na dependência dos serviços prestados pelo IPE que estão muito longe da real necessidade do servidor público.

Por último gostaríamos de chamar a atenção dos homens que dirigem o Instituto Brasileiro do Café do Paraná, para o aspecto que nosso povo está consumindo, exatamente na terra do café, o pior café do mundo. O café que o povo paranaense está bebendo é misturado com palha, que é colocado no próprio café, torrado e moído junto, e com milho que depois é adicionado. A qualidade do produto é baixa, é, realmente, uma vergonha que aqui no Paraná, o Estado que mais produz café no Brasil, País que ainda detém a liderança de maior produtor de café do mundo, o povo venha consumindo este café com tanta mistura e sujeira.

Esta crítica é válida porque antes as torrefadoras alegavam que não tinham subsídio, que não tinham ajuda para a compra do café que era torrado e vendido para o uso do público. Hoje, entretanto, o Instituto Brasileiro do Café voltou a dar subsídio, voltou a dar financiamento, voltou a dar ajuda às torrefadoras, vendendo a elas por preço baixo o café que, em seguida, é levado para o consumo de nosso povo.

Se as torrefadoras estão recebendo essa ajuda do IBC não podemos admitir que elas entreguem ao povo um café com mais sujeira que, propriamente, café.

A nossa crítica, o nosso apelo é para que haja fiscalização, a fim de que voltemos a ter no Paraná um café de melhor qualidade, para que aqueles que vêm de fora possam beber um café com sabor mais agradável e não café com sujeira que estamos consumindo, no momento, aqui no Paraná. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrado o Pequeno Expediente. Para o Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares. (Pausa). Não estando presente o Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado David Ferdman, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do Expediente. — Necessita de apoio. — Apoiado Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulsos distribuídos aos Sr. Deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 185-72, de autoria do Dep. Maurício Fruct, que autoriza o Poder Executivo criar uma Escola Técnica, destinada a aprendizagem industrial, no Município de São José dos Pinhais e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 58-73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 36-73, encaminhando anteprojeto de lei visando dar destinação ao patrimônio da extinta Fundação Paranaense de Colonização e Imigração — E.P.C.I. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 95-53, de autoria dos Deputados Borsari Neto e Maurício Fruct, que dispõe sobre a proteção dos recursos hídricos contra agentes poluidores e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 147-73, de autoria do Dep. Paulo Poli, que concede Título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Professor Oscar Martins Gomes. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 191-73, de autoria do Dep. Borsari Neto, que declara de Utilidade Pública, o Sindicato dos Engenheiros do Paraná. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 128-73, de autoria do Dep. Lázaro Dumont, que declara de Utilidade Pública, à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Londrina — APAE. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 200-73, de autoria do Dep. Borsari Neto, que declara de Utilidade Pública a Assistência Social Andirá — ASA, com sede e foro na Cidade do mesmo nome. Pareceres favoráveis da C.C.F. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 105-73, de autoria do Dep. Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo firmar através do D.E.R., Convênio, com a Prefeitura Municipal de Ribeirão Claro, para construção de uma ponte sobre o Rio Anhumas. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 105-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECLARA:

Art. 1.º — Fica o Governo do Estado do Paraná autorizado, através do D.E.R., firmar Convênio com a Prefeitura Municipal de Ribeirão Claro, para construção de uma Ponte sobre o rio Anhumas.

Art. 2.º — As despesas decorrentes correrão à conta das verbas especificadas no Convênio a ser celebrado.

Art. 3.º — A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de maio de 1973

a) Deputado Gabriel Manoel

JUSTIFICATIVA:

Ribeirão Claro, Município paranaense localizado no Norte Pioneiro, vivamente entusiasmado com o propósito de integração do Estado, revelado recentemente como uma das metas principais da administração do Exce-lentíssimo Governador Parigot de Souza, nesta fase otimista de realizações planejadas, antevê a possibilidade de concretização de um dos maiores re-clamos, representados pela construção da ponte sobre o rio Anhumas. Fi-nanceiramente impossibilitada de enfrentar as vultosas despesas que o em-preendimento acarretará, a administração municipal, através entendimentos mantidos, encontrou na celebração do Convênio com o Estado a solução para a realização da obra tão necessária. O plano de Lei submetido à apre-ção da Casa traduz a disposição do Poder Legislativo em colaborar com o apressamento das medidas preliminares necessárias, razão por que está a merecer a aprovação da Casa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 105-73

AUTOR: Deputado Gabriel Manoel

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo através do D.E.R., firmar Convê-nio com a Prefeitura Municipal de Ribeirão Claro, para a construção de uma ponte sobre o Rio Anhumas.

PARECER

O desiderato do presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Depu-tado Gabriel Manoel, é autorizar o Poder Executivo, através do D.E.R., fir-mar Convênio com a Prefeitura Municipal de Ribeirão Claro, para a cons-trução de uma ponte sobre o Rio Anhumas.

A medida ora pleiteada é meramente autorizatória, portanto, não fere nenhum dispositivo de ordem constitucional ou legal, já que a Carta Esta-dual estabelece como competência privativa do Governador do Estado a ce-lebração de Convênios com os Municípios.

Quanto à sua forma e oportunidade nada há a contestar, pelo que opi-namos pela APROVAÇÃO do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27 de junho de 1973.

aa) Antônio Costa — Presidente

Nelson Buffara — Relator

Igo Losso — Antônio L. Júnior — Quiêlse Crisóstomo da Silva — Paulo Camargo e uma o ilegível

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 105-73

SÚMULA: Autorizando o Governador do Estado, através do DER., firmar convênio, com a Prefeitura Municipal de Ribeirão Claro, Pr., para cons-trução de uma ponte sobre o Rio Anhumas, e dá outras providências.

PARECER

1) — Tratam os Autos do Projeto de Lei n.º 105-73, de autoria do nobre Deputado Gabriel Manoel, que autoriza o Governo do Estado, através do Departamento de Estradas de Rodagem — DER-PR., firmar convênio com a Prefeitura Municipal de Ribeirão Claro, para construção de uma ponte so-bre o Rio Anhumas, e dá outras providências.

2) — Havendo já a douta Comissão de Constituição e Justiça se pronun-ciada conforme R. Parecer de fls., pela constitucionalidade e legalidade da matéria em análise, e tendo em vista ainda o evidente interesse público, não vê, esta Comissão de Finanças, na área que lhe é própria, como deixar de dar sua aprovação ao Projeto de Lei testilhado.

Pela aprovação, é o Parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 21 de agosto de 1973.

aa) Quiêlse Crisóstomo da Silva — Presidente

João Fadel — Relator

Gilberto Carvalho — Francisco Escorsin e Álvaro Dias

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PARECER

1) — Visa o presente plano de Lei, de autoria do ilustre Deputado Ga-briel Manoel, autorizar o Poder Executivo, através do Departamento de Es-tradas de Rodagem, firmar convênio com a Prefeitura de Ribeirão Claro, para construção de uma ponte sobre o Rio Anhumas, e dá outras providên-cias.

2) — Quanto aos aspectos legal, constitucional e financeiro, esta matéria já mereceu pareceres favoráveis das doudas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

3) — A justificação que acompanha o Projeto é convincente, e não ha- vendo qualquer impedimento, quanto ao mérito, que se lhe possa antepor somos pela APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em... de 1973.

aa) Borsari Netto — Presidente

Lázaro Dumont — Relator

Arthur de Souza — Aguiinaldo P. Lima — Antônio Belinati

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 132-73, de autoria do Dep. Maurício Fruet, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pú-blica, a "A.M.A.R." — Assistência ao Menor Para Amparo e Recuperação, com sede e foro nesta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 132-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de Utilidade Pública a "AMAR" — Assistência ao Menor Para Amparo e Recuperação, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revo-gadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1973.

a) Maurício Fruet

JUSTIFICATIVA:

A "AMAR" — Assistência ao Menor Para Amparo e Recuperação, Enti-dade de Assistência Social devidamente registrada no 1.º Ofício de Regis-tro de Títulos e Documentos, nesta Capital, sob o n.º 1.979, do Livro "A" de Registros de Pessoas Jurídicas, tem por objetivos prestar ao menor, pro-curando além de amparar, recuperar e dar ampla assistência.

Como Entidade sem fins lucrativos, para cumprir seus objetivos neces-sário se faz por parte do poder público, proporcionar condições especiais para seu funcionamento, e a concessão do Título de Utilidade Pública vem dotar a "AMAR" do requisito necessário para poder receber verbas esta-duais e federais.

Anexo ao presente plano de lei, certidão do registro da entidade e rela-ção da diretoria.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER

AO PROJETO DE LEI N.º 132-73

1 — O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Maurício Fruet, visa declarar de utilidade pública a "AMAR" — Assistência ao Me-nor Para Amparo e Recuperação, com sede e foro na cidade de Curitiba.

2 — Trata-se de simples autorização legislativa. Diante dos motivos apresentados pelo ilustre autor em sua justificação nosso parecer é pela APROVAÇÃO da referida proposição

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22 de agosto de 1973.

aa) (Assinatura Ilegível) — Presidente

Nelson Buffara — Relator

(Assinaturas Ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 132-73

1. Tratam os Autos de Projeto de Lei n.º 132-73, de autoria do nobre Deputado Maurício Fruet, que autoriza o Poder Executivo declarar de Uti-lidade Pública a "AMAR" — Assistência ao Menor Para Amparo e Recupera-ção, com sede e foro nesta Capital. PR.

2. Havendo já a douta Comissão de Constituição e Justiça em seu R. Parecer de fls., se pronunciado pela constitucionalidade e legalidade da pro-posição, não vê, esta Comissão de Finanças, no âmbito que lhe é próprio, como deixar de dar sua aprovação ao Projeto de Lei testilhado.

Pela APROVAÇÃO, é o Parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, 7 de setembro de 1973.

João C. Fadel — Relator

aa) (Assinatura Ilegível) — Presidente

(Assinaturas Ilegíveis)

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 148-73, de autoria do Dep. Bor-sari Neto, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais da Cidade de Uraí. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 148-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Uraí, com sede e foro na cidade do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revo-gadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1.º de agosto de 1973.

a) Deputado Borsari Netto

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Uraí, é uma socie-dade civil, de caráter assistencial e promocional, sem fins lucrativos, que tem por objetivo cuidar do problema do excepcional e deficientes mentais, sem qualquer distinção de raça, cor, credo religioso.

Pelos inestimáveis serviços que vem prestando, cumprindo, aliás, os no-bres objetivos a que se propôs e insertos em seu Estatuto, essa benemérita instituição já conquistou o respeito e a admiração do povo de Uraí, sendo, pois de justiça que se lhe declare de utilidade pública, a exemplo do que já se tem feito com outras entidades semelhantes.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 148-73

O Deputado Borsari Neto, com a proposição ora em exame, visa de-clamar de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excep-cionais de Uraí".

O Projeto de Lei atende aos dispositivos legais pertinentes à matéria.

Pela Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22 de agosto de 1973.

aa) Assinatura Ilegível) — Presidente

Paulo Camargo — Relator

(Assinaturas Ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 148-72

AUTOR: Borsari Netto

PARECER:

O presente Projeto de Lei, merece apoio desta Comissão, tendo em vista os relevantes serviços prestados a comunidade, de caráter assistencial e edu-cativo.

Quanto ao aspecto financeiro que cabe a esta Comissão analisar não en-centramos nenhum impedimento.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 4-9-73.

aa) (Assinatura Ilegível) — Presidente

(Assinatura Ilegível) — Relator

(Assinaturas Ilegíveis)

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Felix Alberto Maxwell Tamplin. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Felix Maxwell Tamplin. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odilon Reinhardt, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Fazenda, objetivando a criação de uma Agência de Rendas na sede do Distrito de Cafelândia, Município de Cascavel. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, Constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência às Proposições n.os 226-73, 227-73 e 235-73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, lido da Tribuna, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, visando a viabilidade da construção de uma estrada ligando o Município de Jaguariava ao de Cerro Azul. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Educação e Cultura e ao Sr. Presidente da Fundepar, visando a construção de nova ala do Colégio Estadual Presidente Caetano Munhoz da Rocha, de Rio Negro. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao Professor Theodócio Jorge Atherino, pela sua nomeação como Magnífico Reitor da Universidade Federal do Paraná. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando sejam encaminhados expedientes aos Srs. Presidente da República e Ministro da Educação e Cultura, bem como ao Conselho Universitário Federal do Paraná, manifestando o aplauso oficial pela indicação e nomeação do Professor Theodócio Jorge Atherino, para o cargo de Reitor da Universidade Federal do Paraná. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, bem como ao Sr. Diretor do D.E.R., solicitando a construção de variante na estrada que liga o Município de Tijucas do Sul a BR-101, da localidade de Taboado até Campina. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Diretor-Presidente do Banco do Estado do Paraná S.A., visando a instalação de uma Agência no bairro de Uberaba, em Curitiba. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Segurança, no sentido de que se digne determinar estudos visando a instalação de Delegacia Distrital no bairro de Uberaba, nesta Capital. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Segurança Pública, no sentido de que se digne autorizar estudos de viabilidade e posterior criação e instalação de um posto do Instituto de Identificação no Município de Dois Vizinhos. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, lido da Tribuna, solicitando sejam encaminhadas sugestões ao Sr. Ministro da Agricultura, visando a liberação imediata a moagem colonial e empenho do Governo do Estado para que o trigo seja industrializado, impedindo com isso uma grande evasão de ICM, bem como incentivar a construção de silos e armazéns para atender a estocagem do trigo dentro do Estado. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 24, quarta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.os 128-73 e 200-73.

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.os 105-73, 132-73 e 148-73.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.o 233-69.

Levanta-se a Sessão.

PORTARIAS:

PORTARIA N.o 241-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.o 8.771, de 6 de setembro de 1.973, deste Poder,

RESOLVE:

designar o funcionário Antonio Carlos Duarte, ora à disposição deste Poder para exercer as funções de Motorista no Gabinete da 1a. Secretaria.

Gabinete da Diretoria Geral, em 19 de setembro de 1973

a) EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N.o 242-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.o 8.530, de 30 de agosto de 1.973, deste Poder,

RESOLVE:

revogar a Portaria n.o 136-73, de 11 de maio de 1973, que designa o funcionário Juvenal Javorki, para prestar serviços no Gabinete do M.D.B., junto ao Gabinete do Deputado Alvaro Dias.

Gabinete da Diretoria Geral, em 19 de setembro de 1973

a) EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N.o 243-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.o 9.066, de 17 de setembro de 1.973, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a Emilia Miranda Becker, funcionária do Quadro de Pessoal da

Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1972, a partir de 17 de setembro de 1973.

Gabinete da Diretoria Geral, em 19 de setembro de 1973

a) EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N.o 244-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.o 8.911, de 12 de setembro de 1.973, deste Poder,

RESOLVE:

designar a funcionária Ruth Grecca Langer, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da 2a. Secretaria.

Gabinete da Diretoria Geral, em 19 de setembro de 1973

a) EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N. 245-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.o 8.906, de 12 de setembro de 1973 deste Poder,

RESOLVE:

designar o funcionário Sebastião Cordeiro dos Santos, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Vice-Liderança da "ARENA".

Gabinete da Diretoria Geral, em 19 de setembro de 1973.

a) EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N. 246

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.o 8.472 de 29 de agosto de 1973, deste Poder,

RESOLVE:

I — revogar a Portaria n.o 102-73, de 06 de abril de 1973; e

II — designar o funcionário Orlando Melhen, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços à Liderança da "ARENA", a partir de 1.o de setembro de 1973.

Gabinete da Diretoria Geral, em 19 de setembro de 1973.

a) EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N. 247-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.o 9.179 de 18 de setembro de 1973, deste Poder,

RESOLVE:

designar as funcionárias Anna Rosa Bello Viana, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia e Terezinha Casagrande, ora à disposição deste Poder, para prestarem serviços no Departamento Legislativo.

Gabinete da Diretoria Geral, em 19 de setembro de 1973.

a) EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N. 248-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.o 9.191 de 18 de setembro de 1973, deste Poder

RESOLVE:

designar o funcionário Henrique da Cunha Melio, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços à Liderança da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado José Ivo Alves da Rocha.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24 de setembro de 1973.

a) EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N. 249-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.o 8.900, de 12 de setembro de 1973, deste Poder,

RESOLVE:

designar o funcionário Antonio Domakoski, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços à Liderança da "ARENA", junto ao Gabinete do Deputado Erondy Silvério, a partir de 06 de setembro de 1973.

Gabinete da Diretoria Geral, em 24 de setembro de 1973.

a) EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N. 250-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.o 8.954 de 13 de setembro de 1973, deste Poder,

RESOLVE:

lotar Maria Menegusso, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, no Serviço de Assistência Social.

Gabinete da Diretoria Geral, em 28 de setembro de 1973.

a) EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N. 251-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.o 9.344, de 21 de setembro de 1973, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a Olga Popovitch, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1972, a partir de 1.o de outubro de 1973.

Gabinete da Diretoria Geral, em 28 de setembro de 1973.

a) EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N. 252-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.o 9.296, de 20 de setembro de 1973, deste Poder

RESOLVE:

conceder a Joubert da Silva Santos, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de férias relativas ao exercício de 1973, a partir de 24 de setembro de 1973.

Gabinete da Diretoria Geral, em 28 de setembro de 1973.

a) EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N. 257-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 9.772, de 03 de outubro de 1973, deste Poder,

RESOLVE:

I -- revogar a Portaria n.º 245-73, de 19 de setembro de 1973, que designou o funcionário Sebastião Cordeiro dos Santos ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Vice-Liderança da "ARENA" e

II -- designar o funcionário acima citado para prestar serviços no Gabinete da 1.ª Secretaria.

Gabinete da Diretoria Geral, em 09 de outubro de 1973.

a) EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N. 258-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 9.833, de 04 de outubro de 1973, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a Elias Pereira, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia dezesseis (16) dias de licença para tratamento de saúde a partir de 30 de agosto de 1973.

Gabinete da Diretoria Geral, em 10 de outubro de 1973.

a) EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N. 259-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 9.928, de 05 de outubro de 1973, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a Joana de Lima, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias referentes ao exercício de 1973, a partir de 08 de outubro de 1973.

Gabinete da Diretoria Geral, em 10 de outubro de 1973.

a) EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

PORTARIA N. 260-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 9.639, de 1.º de outubro de 1973, deste Poder,

RESOLVE:

designar Edgar Távora Júnior, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da Liderança do Governo.

Gabinete da Diretoria Geral, em 10 de outubro de 1973.

a) EROS RUPPEL ABDALA — Diretor Geral

ATAS DAS COMISSOES:

Comissão de Terras, Imigração e Colonização

3.ª Sessão Legislativa — 7.ª Legislatura

Ata da 7.ª Reunião Ordinária

Aos onze dias do mês de outubro do ano de hum mil novecentos e setenta e três, às quinze horas e trinta minutos, na Sala de reuniões das Comissões, sob a presidência do senhor deputado Domicio Scaramella e contando com as presenças dos senhores deputados Marciano Baraniuk, Alvaro Dias, Gabriel Manoel e Iris Mario Caldart, reuniu-se a Comissão de Terras, Imigração e Colonização. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, tendo sido relatado o seguinte processo: PROJETO DE LEI N. 182-73 — de autoria do senhor deputado Wilson Fortes, que autoriza o Poder Executivo a transferir por doação, à Fundação Educacional do Estado do Paraná — FUNDEPAR, o terreno situado no quadro urbano da sede do Município de Querência do Norte, conforme especifica, para nele ser construída uma unidade escolar e demais instalações. Relator deputado Marciano Baraniuk, parecer favorável — aprovado. Sendo o que constava da Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, lavrei a presente Ata que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Agildes de Oliveira Martins, Secretário da Comissão para que produza os efeitos legais.

aa) Deputado Domicio Scaramella — Presidente

Agildes de Oliveira Martins — Secretário

Comissão de Terras, Imigração e Colonização

3.ª Sessão Legislativa — 7.ª Legislatura

Ata da 8.ª Reunião Ordinária

Aos dezessete dias do mês de outubro do ano de hum mil novecentos e setenta e três, às dezesseis horas e quinze minutos, na Sala de reuniões das Comissões, sob a presidência do senhor deputado Domicio Scaramella e contando com as presenças dos senhores deputados Iris Mário Caldart, Alvaro Dias, Gabriel Manoel e Marciano Baraniuk, reuniu-se a Comissão de Terras, Imigração e Colonização. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, tendo sido relatado o seguinte processo: PROJETO DE LEI N. 176-73 — de autoria do senhor deputado Sebastião Rodrigues Júnior, que visa autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Francisco Beltrão, os lotes de n.ºs 01 a 06, da quadra n.º 176 e lote n.º 44 da quadra n.º 181, localizados na sede do mesmo Município e pertencentes à polícia Militar do Estado. Relator deputado Iris Mário Caldart, parecer favorável. APROVADO. Sendo o que constava da Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, lavrei a presente Ata que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Agildes de Oliveira Martins, Secretário da Comissão para que produza os efeitos legais.

aa) Deputado Domicio Scaramella — Presidente

Agildes de Oliveira Martins — Secretário